



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

MARIA TEREZA PEREZ

**Perversão: Entre o Crime, o Castigo e... Uma Clínica Possível? Ou
Por Uma Clínica dos Possíveis no Campo da Saúde Mental.**

UBERLÂNDIA
2009

MARIA TEREZA PEREZ

Perversão: Entre o Crime, o Castigo e... Uma Clínica Possível? Ou
Por Uma Clínica dos Possíveis no Campo da Saúde Mental.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada
Eixo: Intersubjetividade
Orientador (a): Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

UBERLÂNDIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P438p Perez, Maria Tereza, 1979-
Perversão : entre o crime, o castigo e... uma clínica possível? Ou
por uma clínica dos possíveis no campo da saúde mental / Maria
Tereza Perez. - 2009.

97 f. : il.

Orientador: João Luiz Leitão Paravidini.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Pro-
grama de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Saúde mental - Teses. 2. Psicologia aplicada - Teses. I. Paravidini,
João Luiz Leitão. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós- Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 613.86

MARIA TEREZA PEREZ

Perversão: Entre o Crime, o Castigo e... Uma Clínica Possível? Ou
Por Uma Clínica dos Possíveis no Campo da Saúde Mental

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Uberlândia, ___ de _____ de 2009.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini - UFU

Profª. Dra. Andréa Máris Campos Guerra - UFMG

Prof. Dr. Caio César Souza Camargo Próchno - UFU

*À Roberto e Tânia,
participes de meu diálogo com a vida.*

*À Alan, pelo nosso afeto verdadeiro e
nada contemporâneo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pelo incentivo e fé.

Ao meu companheiro, Alan Maia, pela compreensão por tantas vezes que não pude lhe dispensar a atenção merecida, pela ajuda que sempre vinha nos momentos necessários e equilíbrio quando tudo parecia virar caos.

Ao meu orientador, João Luiz, por aceitar esta pesquisa, por caminhar ao meu lado na exata medida daquele que muito além de mestre, é sábio.

Aos colegas de trabalho pelas discussões profícuas nos fins de turno...em especial à Cirlana Rodrigues e Vilma Valéria.

Por fim, obrigada a todos que me desejaram sucesso ante as realizações que eu pudesse vir a empreitar.

RESUMO

Da prática realizada com crianças e adolescentes, numa instituição de saúde mental – CAPSi/Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência - algumas questões foram se definindo e insistindo no contexto dos atendimentos clínicos realizados. Observando sintomatologias marcadas pelo ato puro e discursos tão marcados por traços perversos, fez-se premente a seguinte indagação: é possível isolar, de fato, a perversão enquanto estrutura clínica, posto que fenomenologicamente pareça complexo diferenciá-la de outras estruturas? E mais, qual a clínica possível diante desta profusa produção de sintomas atuais, no que concerne às manifestações perversas? Passando pela teorização freudiana sobre as perversões, procurou-se discutir a disposição quase que geral à perversão que compõe a coisa humana. Daí para a teorização lacaniana, na leitura deste autor, que ultrapassa o campo mítico freudiano e propõe o campo estrutural, a tentativa foi a de mapear as possíveis diferenças entre o que se denominam montagens perversas e aquilo que ficaria no bojo do perverso estrutural. Fez-se então necessária a discussão sobre desdobramento intelectual lacaniano no que se concerne às construções sobre a segunda clínica, para que através da análise de três casos, a clínica possível da perversão pudesse ser ampliada para a clínica dos possíveis no campo da saúde mental. Tal processo de ampliação se deu considerando as noções de fraternalidade e enredamento como elementos centrais da clínica do Sócius, ou seja, da clínica que propõe confecção de parcerias, amarrações de relações horizontais que podem num certo sentido, emprestar responsabilização às palavras dos sujeitos. Uma clínica que considera, para além do diagnóstico estrutural, a trama particular que cada um pode tecer na vida.

ABSTRACT

From the activities realized with children and adolescents in a mental health institution - CAPSI(Center of psychosocial attention to the childhood and adolescence), some questions were defined and insisted in the context of the clinical service accomplished. Through observing symptomatology marked by the pure act and speeches so marked by perverse aspects, it was made urgent the following query: is it possible to isolate, in fact, the perversion while clinical structure, since phenomenologically it seems complex to differentiate it from other structures? And more, which is the possible clinic before this profuse production of current symptoms at what concerns to the perverse manifestations? Passing by the Freudian theorization about perversions, we endeavoured to discuss the almost general tendency to perversion which composes the human thing. From there to the Lacanian theorization, through the reading of this author, which surpasses the Freudian mythical field and proposes a structural field, the attempt was to list the possible differences between what is denominated perverse assemblies and that which would stay at the bulge of the structural perversion. This way, it was made necessary the discussion with regards to Lacanian intellectual unfold at what concerns to the second clinic, so that through the analysis of three cases the possible clinic of perversion could be enlarged to the clinic of the possibilities in the field of the mental health. This process of enlargement happened considering the notions of fraternity and entangle as central elements of the Socius' clinic, in other words, of the clinic which proposes the establishment of partnerships, fastenings of horizontal relationships which can, in a certain way, lend responsibility to the individual's words. A clinic that considers, beyond the structural diagnosis, the particular plot that every one can compose in life.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. A ORIGEM DO CONCEITO: FORMULAÇÕES SUBVERSIVAS DE FREUD ACERCA DA PERVERSÃO.....	13
3. O QUE FREUD NOS DIZ EM <i>UMA CRIANÇA É ESPANCADA?</i>.....	31
4. O FETICHISMO E SUA RELAÇÃO COM A <i>VERLEUGNUNG</i>.....	37
5. DO MITO À ESTRUTURA OU A CIRCUNSCRIÇÃO DO SUJEITO.....	41
6. PERVERSÃO: MONTAGEM OU ESTRUTURA?.....	47
7. ANTENOR MONTA E DESMONTA.....	56
8. FIRMIN, O INCENDIÁRIO DE PIGALLE.....	65
9. O TERCEIRO FOI AQUELE PARA QUEM SE DEU A MÃO.....	71
10. OS TRATOS PARA O GOZO NA CLÍNICA DOS POSSÍVEIS.....	81
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

1. INTRODUÇÃO

Na tentativa de esboçar um panorama geral deste trabalho, é preciso dizer algo sobre a origem do tema e sua relação com a autora-pesquisadora. Da prática realizada com crianças e adolescentes, numa instituição de saúde mental – CAPSi/Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil - algumas questões foram se definindo e insistindo no contexto de meus atendimentos clínicos. Crianças muito pequenas, já apresentando sinais e sintomas que indicam as formas hegemônicas atuais de adoecimento psíquico. As chamadas patologias do ato, onde parece haver uma desconexão entre ação e sentido e o imaginário não faz mais frente ao puro ato. Queixas que vão desde crianças que não brincam, mas destroem, até àquelas que, de fato, atentam contra o outro. Além destes sinais descritos, que eclodem na primeira infância, também se fazem presentes casos de adolescentes com sintomatologia mais formatada, tornando legítima a seguinte questão em prática clínica: será possível isolar, de fato, a perversão enquanto estrutura clínica, posto que fenomenologicamente parece complexo diferenciá-la de outras estruturas? E mais, qual a clínica possível diante desta profusa produção de sintomas atuais, no que concerne às manifestações perversas?

O serviço público proporciona terreno fértil para diversas indagações práticas, mas representa tão somente uma amostra das ocorrências cotidianas. O conteúdo da clínica está necessariamente modulado por seu tempo histórico e fala sobre tal. Cada época produz modos de subjetivação característicos e, se os sujeitos atuais chegam atravessados por discursos e traços perversos, é fundamental que se investigue a implicação da contemporaneidade na perversão. Porém, não é possível pensar a perversão e seu manejo

clínico sem antes realizar uma viagem através da origem e dos lugares históricos que esta estrutura foi convocada a ocupar.

Dessa forma, no segundo capítulo será relatado o processo pelo qual foi se caracterizando o conceito de perversão, ao longo da obra de Freud. Este trajeto teve início com as descobertas sobre a histeria e as psiconeuroses e, em seguida, foi possível elucidar alguns mecanismos próprios da perversão. Tal contrapartida é apresentada ao leitor por meio da análise do principal texto freudiano sobre a sexualidade: *Três Ensaio Sobre a Sexualidade*, de 1905. Durante essa travessia, foi possível perceber que Freud subverte o pensamento da época e vai cunhando para a perversão um estatuto que se situa para além do patológico.

Dando continuidade ao percurso freudiano, no terceiro capítulo se procurou trazer as considerações deste autor a partir de seu texto *Uma Criança é Espancada (1919)*, onde a idéia insistente da aproximação entre a noção de perversão e sexualidade infantil, mais precisamente, fantasias infantis, ganha terreno. Aqui, temos a narrativa do prazer obtido em uma fantasia infantil perversa no adulto, construída a partir do complexo de Édipo.

O quarto capítulo retomará o texto de Freud, *O Fetichismo (1927)*, tecendo sua análise por meio do fio condutor que o liga ao *A Divisão do Ego nos Processo de Defesa (1938)*. Neste ponto do trabalho, já serão dadas algumas características básicas do processo de funcionamento perverso, assim como o mecanismo que o funda, a saber, o Desmentido (*Verleugnung*).

Em anos de pesquisa psicanalítica, muito se produziu acerca de neurose, psicose e suas respectivas clínicas, mas a perversão ainda carece de maior ordenação do saber concernente a uma psicodinâmica própria. Nesse sentido, os capítulos posteriores farão tentativas de mapear as diferenças e semelhanças entre estrutura e montagem perversas, por

meio de casos clínicos. Assim, no quinto capítulo será realizado o salto necessário a toda e qualquer discussão posterior: traça-se aí a passagem da lógica mítica edípica para a lógica lacaniana estrutural, com vistas a circunscrever o sujeito psicanalítico, sobre o qual se discorre neste trabalho.

Em seguida, a discussão própria entre as definições de estrutura e montagens perversas ganham corpo e são complementadas pelos três casos clínicos que produzem, numa análise comparativa, vários questionamentos: o desmentido pode evitar a castração para o sujeito? Qual o funcionamento específico que potencializa tal mecanismo? Há teorias que apontam para a importância do laço social enquanto definidor dos mecanismos psíquicos da perversão. Nesse sentido, qual a clínica possível diante das mais diversas manifestações de gozo perverso? Os casos representam exemplos emblemáticos do que podemos encontrar de mais humano no terreno do serviço público. E a questão vai então mais além: que clínica é possível nesse âmbito do social?

No contexto institucional que caracteriza a vivência dos casos clínicos em análise, vários são os campos intersubjetivos construídos que tornaram possíveis as atuações perversas. Do registro da cumplicidade ou do desafio o perverso convoca o Outro para a encenação. Dessa maneira a questão fundamental, que dá sentido a este trabalho é: Qual clínica é possível diante desta posição que a perversão ocupa no cenário transferencial? Qual o lugar do analista diante do desmentido? Quais as facetas que o Outro é convocado a assumir diante das diversas manifestações perversas?

No sexto capítulo algumas respostas se assentam, outras nem tanto. A discussão final sustenta-se nas diretrizes da Reforma Psiquiátrica estendendo-se como a base sobre a qual se assentam todo e qualquer tratamento possível ao derramamento de gozo que

encontramos nesses casos. De forma alguma, objetivar-se-á esgotar qualquer questão, mas caminhar por aquelas que de certa forma me afetaram enquanto autora.

Nos capítulos posteriores – sétimo, oitavo, nono e décimo – far-se-á apresentação e discussão dos casos clínicos investigados nesta pesquisa com o intuito de narrar as possibilidades clínicas que serão construídas a partir daí. No décimo capítulo serão feitas as amarrações entre o conteúdo encontrado na prática clínica e as indagações teóricas pertinentes. Os Tratos para o Gozo serão apontados como os marcadores cardinais das intervenções clínicas em questão, mais precisamente no campo da saúde mental e tentarão abalar algumas idéias de caráter “ortodoxo” que ainda fazem o seu ensaio manicomial na lida com cada sujeito que encontram pela frente. Para tanto, o conceito de função fraterna será retomado com objetivo de sustentar a horizontalidade da clínica que se debruça não sobre o paciente apenas, mas sobre os interstícios entre este e o Sócius, criando redes de possibilidades para a vida. O décimo primeiro capítulo trará as considerações finais e perpassará a trajetória da pesquisa associada ao campo de atuação que inauguraram suas questões basilares. Também serão tratadas as perspectivas que se abrem para próximas discussões. Para finalizar esta dissertação, as referências bibliográficas, no décimo segundo capítulo.

2. A ORIGEM DO CONCEITO: FORMULAÇÕES SUBVERSIVAS DE FREUD ACERCA DA PERVERSÃO

As manifestações da sexualidade humana, em seu polimorfismo, mesmo nas formas mais extravagantes ou aberrantes, acabam legitimando indagações acerca do funcionamento perverso e o que este apresenta de específico. Primeiramente, para se discorrer sobre estruturas psíquicas e, mais precisamente, sobre perversão, é preciso evocar Freud e o caminho por ele trilhado durante a construção da psicanálise. É fato que ele testemunha inúmeras dificuldades ao longo de sua jornada, pois em sua visão trata-se de um esforço maior, um esforço para a problemática subjetivação do sexo biológico, dramatizado na dialética relação entre sujeito, Outro e Castração. Quanto à perversão, foi necessário um longo percurso para assegurar-lhe estatuto mais seguro. Portanto, fica claro, na leitura de seus textos, que o autor vai reformulando, o tempo todo, o que havia pensado e registrado, num momento anterior, sobre a perversão, conferindo assim, sucessivas elaborações em sua teoria. Para situar esse percurso, é fundamental contextualizar o quadro geral que se formava, naquele momento histórico, principalmente no que concernia às teorias sexuais humanas.

No fim do século XIX, as teorias sobre os comportamentos sexuais do ser humano repousam sobre o postulado da atração recíproca “natural” de um sexo pelo outro, que encontra sua fonte fundamental nos órgãos genitais e na diferença anatômica entre estes. Com efeito, o aparecimento da noção de “instinto sexual” fornece à clínica nascente das perversões seu primeiro pilar para fundamentos teóricos. Até a segunda metade do século XIX, a sexualidade era tida apenas como vetor de reprodução da espécie. A partir disto, algumas teorias colocaram-na como o essencial da determinação das relações interpessoais.

Antes dos trabalhos alemães dos anos de 1860/70, a patologia sexual estudada até então se resumia em distúrbios de comportamento importantes o bastante ao passo de necessitarem de intervenções alienistas. A finalidade de toda e qualquer intervenção era, em sua essência, médico-legal. Nesse momento, os atos agrupados como “monstruosos” eram explicados como loucuras hereditárias. Dessa forma, até o fim do século XIX e início do XX, as perversões vão se ligar à idéia de síndromes impulsivas e obsessivas. Somente a partir desta época é que vai se constituir uma sexologia com pretensões científicas. Trabalhos alemães, tentando obter um abrandamento da repressão, citam a homossexualidade como uma tendência natural (terceiro sexo), representando um movimento que ficou conhecido como *uranismo natural* que se opunha ao deboche, à pederastia e à patologia mental, conforme Valas (1990). De qualquer forma, no plano etiológico ainda se enfatizava a natureza congênita e degenerativa das perversões. Binet, já em 1887, reconhece que apenas a hereditariedade não pode dar forma característica às chamadas perversões. (Ibid., p.12). Fala, então, de um possível determinismo histórico na vida do sujeito, potencialmente degenerado. Haveria, pois uma estrutura comum a toda perversão. Enfim, Von Schrenck-Notzing. (Ibid., p.13), publica trabalhos clínicos onde defende que, com o uso da hipnose, a perversão se mostrara sintoma reversível. Nesse sentido, foi possível pensar que o elemento degenerativo consiste numa anomalia associativa e não em algo subjacente. A teoria da degenerescência abala-se muito nesse ponto da história.

Não é possível ignorar que, contemporânea a essa discussão, transcorria também uma leitura e entendimento da sexualidade, baseados na teoria evolucionista, logo suplantando definitivamente a tese degenerativa e ganhando *status* de interpretação dominante. Os seus enunciados resumiam-se em teses filogenéticas: heranças libidinais,

normalmente reprimidas, assumem papel determinante nas perversões, ou ontogênicas, com papel relevante dado ao meio e a possíveis interrupções no desenvolvimento do indivíduo.

Freud, ao se inscrever na corrente evolucionista, atribui ao desenvolvimento ontogênico uma prevalência sobre o filogênico. O período inicial de sua obra vai de *Estudos sobre a Histeria (1895)* até *Três Ensaios sobre a Sexualidade (1905)*, onde o mesmo não se interessa muito pelo estudo das perversões sexuais em si. Apresenta-as globalmente como bestialidades originárias do ser humano. Seu julgamento, nesse sentido, é moral e não científico e, este ponto de vista lhe basta por algum tempo. Porém, ao investigar a etiologia da histeria, ele formula, gradualmente, após travar grande luta entre o caráter neurológico e psicológico da histeria, a idéia de que em tal processo, há uma excitação além do que o aparelho mental possa agüentar e este, por sua vez, se esforça para, ao menos, manter a excitação num nível constante (Princípio da Constância). Dessa forma, a posição teórica comum, advinda de *Estudos sobre a Histeria*, é a de que existe uma necessidade clínica de ab-reação das emoções que quando represadas podem fazer surgir patologias.

Na base de toda excitação, Freud ressaltava a pulsão sexual como fonte poderosa de produção. Baseado na escuta clínica de seus pacientes ele vai afirmar que:

A pulsão sexual é indubitavelmente a fonte mais poderosa de aumentos persistentes de excitação (e, em conseqüência, de neuroses). Estes aumentos são distribuídos com grande falta de uniformidade pelo sistema nervoso. Quando alcançam um grau considerável de intensidade, o encadeamento de idéias fica perturbado... o pensamento é quase inteiramente extinto. (FREUD, 1976 [1893] p.254).

Nesse ponto, outra luta se deu diante da definição de papel desempenhado pelos impulsos sexuais na etiologia da histeria. Com todas as observações diretas, dos casos clínicos e partindo do método de Breuer, Freud acabou por traçar considerações sobre a origem das neuroses, em geral. Então, reconhece que “até o ponto em que se pode falar de causas determinantes que levam à aquisição de neuroses, sua etiologia deve ser procurada em fatores sexuais”. (*op.cit.* p.313). Essa visão se apresenta como o esteio da tese do trauma e da sedução. Porém, num dado momento de sua obra, ele põe em dúvida sua teoria de que toda histérica teria sido seduzida, de fato, por um adulto (agente sedutor-perverso), gerando assim, um trauma recalçado. A teoria da sedução, por sua vez, vai perdendo campo para uma nova lógica: a Teoria da Fantasia, ou seja, a fantasia da sedução na mente histérica como força motriz para a neurose.

Ocorre é que, diante de todo o percurso para entender as psiconeuroses, Freud esbarra em outros modos de funcionamento mental que o intrigam e o convidam a pensar sobre. Já na carta 125 há uma distinção entre três estruturas que se anunciavam: histeria, paranóia e perversão. Freud (1976) aponta que:

(...) na histeria, sua principal trajetória é a identificação com a pessoa amada. A paranóia, por sua vez, desfaz a identificação; restabelece as figuras amadas na infância, que foram abandonadas, e reduz o próprio ego a figuras alheias, como uma primeira expansão da corrente autoerótica... A perversão seria aquilo que se conhece como loucura idiopática, as relações especiais de auto-erotismo com o ego original. (Originalmente publicado em 1886, p.377).

Nesse momento, a perversão é então considerada como uma regressão ligada à interrupção do desenvolvimento do aparelho psíquico. Em 1900, em *A Interpretação dos Sonhos*, Freud observa sonhos típicos de confusão devido à nudez. Analisa daí, que se

mostrar nu diante de outros é importante para uma criança. Com base nisso, começa a associar conteúdos do funcionamento perverso com elementos da sexualidade infantil, presentes em todos os seres humanos. Afirma então, que nesta estrutura existem compulsões infantis que atingiram o grau de sintoma. Assim, Freud começa a dar contorno subjetivo a uma categoria entendida, até o momento, como degenerescência ou aberração.

A discussão sobre a perversão se acentua quando Freud descobre que, nos sonhos, onde falha a censura, os neuróticos apresentam conteúdos fantasmáticos semelhantes aos dos perversos em suas experiências vividas. Em 1905, as teorias evolutivas e degenerativas não convencem mais a ele, pois no caso Dora ele afirma o seguinte: “(...) precisamos aprender a falar sem indignação sobre o que chamamos de perversões sexuais.” (FREUD, 1976[1905], p.47). Defende a idéia de que não há certeza, no tocante aos limites, do que deve ser chamado de vida sexual normal, uma vez que se leva em conta que as regras existentes são sociais e não sexuais:

As perversões não são bestiais nem degeneradas, no sentido emocional da palavra, são o desenvolvimento de germes, os quais contêm todos, na disposição sexual infantil e que suprimidos ou desviados para objetos assexuais... destinam-se a fornecer energia para diversas realizações culturais. (*op.cit.* p. 47).

Portanto, Freud passa a defender que um sujeito não se torna perverso, mas assim permanece, ou continua a sê-lo, diante da inibição do desenvolvimento. Nesse ponto, Freud já consegue sustentar que os fantasmas inconscientes dos neuróticos apresentam os mesmos conteúdos das ações dos perversos, chegando assim, num axioma que passa a formular a diferença tópica entre a histeria e a perversão: “As psiconeuroses são, por assim dizer, o negativo das perversões.” (*op.cit.* p.48).

No geral, a obra de Freud, desde então, buscou elaborar a subjetividade a partir da relação entre linguagem, corpo e fantasma, sendo assim que consegue romper com a lógica cartesiana e apontar as formações, sonhos, lapsos e sintomas, como portadores de sentido. Portanto, no que se refere ao entendimento das perversões, ele irá seguir a mesma lógica. Vai destacá-las aos poucos, dos conceitos circulantes morais, para lhes dar estatuto próprio.

Uma das obras pioneiras de Freud no tocante à formulação da teoria sobre as perversões é o texto *Três Ensaios sobre a Sexualidade* de 1905. Este escrito terá, como tantos outros, diversas correções, adição de notas e, conseqüentemente, reedições, até 1924, quando Freud o formata com caráter mais definitivo. Essas correções esboçam as modificações, na teoria freudiana, oriundas dos textos *Introdução ao Narcisismo* (1914), *Metapsicologia* (1915), *Mas Além do Princípio do Prazer* (1920) e a *Segunda Tópica* (1923).

Em *Três Ensaios*, Freud parte das idéias circulantes da época, para discuti-las, questioná-las e subverter toda a lógica dominante no entendimento das teorias sexuais daquele momento. Seu objetivo era, a princípio, tentar esclarecer alguns pontos, baseando-se na experiência psicanalítica e não na questão orgânica do ser. Como resultado desta busca, *Três Ensaios* tornou-se uma grande contribuição para o entendimento da sexualidade. No prefácio à terceira edição, Freud deixa claro que: “(...) é impossível que tal trabalho contenha algo além do que a psicanálise torne necessário admitir ou, possível confirmar... e é natural que existam vários problemas importantes, da vida sexual, dos quais ele não cogita.” (*op.cit.* p.129).

No primeiro *Ensaio*, Freud discorre sobre as “Aberrações Sexuais”. Inicia dizendo que a existência das necessidades sexuais nos seres humanos e nos animais sempre foi explicada, na biologia, pela suposição da existência de um instinto sexual natural,

semelhante ao da nutrição. A concepção popular, e de grande parcela da ciência, naquele momento, entendia que esse instinto sexual estava ausente na criança e apareceria na puberdade, quando ocorreria a atração de um sexo sobre o outro com o objetivo de união sexual e reprodução da espécie. No entanto, Freud vai dizer que “(...) temos razões para crer que esses pontos de vista dão uma idéia falsa da verdadeira situação.” (*op.cit.*, p.135).

A observação científica apontava inúmeros desvios sob a alcunha de perversões sexuais. Desvios tanto em relação aos objetos quanto em relação aos objetivos. Quanto a isso, Freud coloca que a relação entre o que é desvio e o que é normal, no que concerne, principalmente, à sexualidade humana, merece investigações profundas. E, ao investigá-las, ele critica o conceito popular de instinto sexual baseado na lenda poética, em que os primeiros seres humanos foram divididos em duas metades – homem e mulher – que procuram, novamente, se unir, pelo amor (Teoria de Aristófanes em *O Banquete* – Platão, *op.cit.*, p.136).

Nesse sentido, a atração de um homem por outro, ou de uma mulher por outra, era considerada como uma inversão sexual de objeto e os invertidos, por sua vez, eram considerados degenerados. Porém, Freud suplanta tal tese e passa a defender que o caráter congênito apenas não esgota a questão da perversão ou “inversão”.

Freud fala do objeto sexual e afirma que não é a partir dele que a inversão deve ser definida. Nesse ponto se encontra uma definição completamente nova, cuja manutenção será exercida ao longo de sua obra. Ele propõe, então, a necessidade de dissociação da pulsão sexual do objeto, pois defende que “(...) há motivos para acreditar que a pulsão sexual existe, inicialmente, de modo independente de seu objeto e que sua aparição não provém de excitações oriundas do objeto”. (*op.cit.*, p. 149). Então, feita tal dissociação, Freud passa a considerar as perversões as extraindo do domínio reservado à pura patologia.

Assim, a psicanálise se opõe radicalmente ao destaque dos invertidos em grupos especiais de pessoas, uma vez que observando as excitações sexuais, além daquelas manifestadas abertamente, se descobriu que todos os seres humanos são capazes de fazer escolhas pervertidas de objetos mesmo, e principalmente, no nível inconsciente.

Freud chega ao desdobramento de que a escolha de um objeto é um processo muito complexo, tanto para os tipos “normais”, quanto para os “invertidos”. Dessa forma, o interesse exclusivo de homens por mulheres, e vice-versa, também constitui um enigma e precisa ser entendido, pois não caracteriza fato evidente em si mesmo.

Mas, além da inversão de objetos, em seu texto (Três Ensaio sobre a Sexualidade), Freud também discorre sobre os “desvios” dos objetivos sexuais. Define o objetivo sexual “normal” como a união dos órgãos genitais, na cópula, que conduz à descarga e alívio da tensão sexual temporariamente. Os desvios em relação aos objetivos sexuais, Freud os considerou como sendo caracterizados por dois grupos de fenômenos: as transgressões anatômicas e a parada em certas relações preliminares que deveriam ser apenas atravessadas para se atingir o fim sexual-reprodutivo. Mas, ele também apontou que, mesmo no ato sexual considerado normal, é possível perceber rudimentos que poderiam ter levado o sujeito aos desvios descritos como as perversões. Levando em consideração que o ato sexual normal advém de uma definição meramente social, Freud levanta questionamentos na tentativa de demonstrar pontos de contato entre as ditas perversões sexuais e a vida sexual “normal” que possam servir como base de sua classificação. O beijo, por exemplo, diz ele, como um contato particular entre os lábios de duas pessoas em causa, possui alto valor sexual em muitas nações, mesmo que as partes envolvidas não integrem o aparelho genital, mas, constituam a entrada para o trato digestivo. Dessa forma, fica a questão: O que é, de fato, normal em se tratando de sexualidade?

As transgressões anatômicas, quanto aos órgãos, estão ligadas a uma supervalorização libidinal do objeto sexual e se tornam possíveis por esse viés. As forças inibidoras, ligadas à educação e à moral, que normalmente orientam a pulsão sexual para seu objetivo normal, nesses casos, são ultrapassadas, conduzindo o indivíduo a uma fetichização de certas partes do corpo do parceiro. Porém, Freud considera que o fetichismo pode ser uma variação da normalidade, até o limite do patológico, quando sobrevém uma impotência do aparelho genital e a perversão fetichista se cristaliza substituindo o objetivo sexual ou mesmo quando o fetiche se desliga de uma pessoa e se transforma no único objeto sexual. Freud percebe que, nesses casos, o que se coloca como objeto sexual é uma parte do corpo, em geral, inapropriada para fins sexuais, ou um objeto inanimado que tenha associação com a pessoa que ele substitui. O ponto de contato do fetiche com o normal é proporcionado pela supervalorização psicológica do objeto sexual, que se estende a tudo que com ele se associe. Nesse sentido, há certo grau de fetichismo no amor normal e a situação se torna patológica nos processos de fixidez: “Essas são, com efeito, as condições gerais sob as quais as meras variações da pulsão sexual se transformam em aberrações patológicas”. (*op.cit.*, p.156).

Por outro lado, Freud considera que pode haver desvio do objetivo sexual normal, em consequência do prazer obtido pelas preliminares. Diante disso, ele vai fazer a seguinte diferenciação:

Em todo caso, tocar e olhar o objeto é normal, mas torna-se uma perversão, por exemplo, se o prazer de ver se limitar exclusivamente às partes genitais ou se estiver associado à anulação da repugnância (como no caso dos voyeurs ou de pessoas que olham para funções de excreção), ou ainda, ao invés de ser preparatório para o objetivo sexual normal, ele o suplanta. (*op.cit.*, p.158).

Ele defende que este último aspecto é notadamente verdadeiro no tocante aos exibicionistas que exibem seus órgãos genitais a fim de obter visão recíproca dos órgãos genitais do outro. Nessas perversões, que são dirigidas no sentido de olhar e ser olhado (voyeurismo e exibicionismo, respectivamente), Freud nota que o objetivo sexual pode se manifestar sob a forma ativa e passiva e que a força que se opõe a tais processos é o pudor. Estas observações levam Freud a estudar aquilo que considera como sendo as perversões fundamentais: o sadismo e o masoquismo.

Em linguagem conotativa, o sadismo oscila, desde casos meramente caracterizados por uma atitude ativa ou violenta em relação ao objeto, até casos em que a satisfação é inteiramente condicionada à humilhação e maus tratos do objeto. Estritamente, apenas este último merece ser considerado perversão. Nessa definição, o sadismo não seria outra coisa além do desenvolvimento demasiado do componente agressivo da pulsão sexual. O masoquismo, por sua vez, que seria o oposto, Freud define, a princípio, como uma forma passiva de expressão da tendência sexual, não sendo, portanto, considerada uma perversão primária, mas o retorno do sadismo sobre o sujeito, que toma lugar de objeto e obtém prazer com o sofrimento que lhe é infligido.

É interessante destacar que Freud, nesse momento de seu pensamento, considera que um sádico é sempre um masoquista, pois a característica mais notável dessa perversão é que as suas formas ativa e passiva ocorrem juntas no mesmo indivíduo:

Uma pessoa que sente prazer em produzir dor em outrem numa relação sexual é também capaz de gozar qualquer dor que ele venha sofrer das relações sexuais. Um sádico é sempre, ao mesmo tempo, masoquista, embora o aspecto ativo ou passivo, dominante da perversão, possa ser o que representa sua atividade sexual predominante. (op.cit., p.161).

O diferente número de manifestações da sexualidade humana cria dificuldades para Freud definir a perversão. É possível perceber que, ao longo de todo o percurso, até este ponto, ele formula que, para além das manifestações incontestavelmente doentias (coprofagia, necrofilia, por exemplo), só se pode distinguir perversão e normalidade porque aquela se delinea por uma fixação ou desvio de objeto ou de objetivo.

Conforme Freud (1976 [1905]) propõe um discurso sobre perversão, pode-se notar que ele destaca nela um fator psíquico capital para a transformação da pulsão sexual. Lembrando que pulsão não depende da qualidade do objeto, Freud vai apontar quanto ao peso do fator psíquico nas perversões, que é talvez em:

(...) conexão com as perversões mais repulsivas que se deve considerar que o fator psíquico desempenha seu maior papel na transformação da pulsão sexual. É impossível negar, que no caso delas foi realizado um trabalho psíquico que, a despeito de seu resultado aterrador, é o equivalente a uma idealização da pulsão. A onipotência do amor, talvez nunca seja mais fortemente evidenciada do que em aberrações como estas. (*op.cit.* p.164).

Em outras palavras, se o amor é tão intenso, tão onipotente, ele cega, cega da repugnância, da moral, das normas. Cego, o sujeito é como se deixasse a pulsão livre. Então tem-se a perversão!

A perversão reafirma a idealização que ocorre no próprio núcleo da pulsão, ou seja, tal mecanismo incide sobre a pulsão e não sobre o objeto. Só se torna possível entender as perversões se forem admitidas diversas forças motivadoras. Isso confirma a idéia de que a própria pulsão sexual não seja coisa simples, mas a reunião de componentes que se dissociaram novamente nesses quadros. Assim, Freud faz emergir a distinção fundamental entre pulsão e perversão, pois o destino idealizante da pulsão, na perversão já mostra a

oposição entre uma sexualidade real e uma psique fundada pelo outro. Dessa maneira também é invalidada a idéia de satisfação imediata da pulsão.

A noção da disposição, quase geral, à perversão, vai demandar que Freud faça uma distinção mais precisa entre psiconeuroses e aquelas, pois no plano fenomenológico, as confusões são inúmeras. Um ponto bastante esclarecido da teoria freudiana é o de que as pulsões encontram forças inibidoras (repugnância, moral, educação) que traçam o *script* de um “desenvolvimento normal”. Por várias razões, podem ocorrer desvios que desembocam em outras posições diante das mesmas regras.

No primeiro ensaio ainda, por meio do estudo das perversões, Freud (1976) aborda a sexualidade por um caminho que vai levá-lo a decompor a pulsão sexual em pulsões parciais e, a partir de 1905, dar-lhes um estatuto conceitual consistente:

(...) por pulsão deve-se entender provisoriamente o representante psíquico de uma fonte endossomática e contínua de excitação em contraste com um estímulo que é estabelecido por excitações simples vindas de fora. O conceito de pulsão é, assim, um dos que se situam entre o psíquico e o físico. (*op.cit.* p.171).

As pulsões parciais se distinguem pela fonte somática que produz uma excitação especificamente sexual e, por isso, se denomina zona erógena. Essa fonte ou órgão se comporta como aparelho sexual secundário, podendo encarnar funções do aparelho genital. O objetivo da pulsão é abrandar a excitação e obter satisfação com isso. Assim, as derivações na sexualidade já estariam inscritas no próprio núcleo de funcionamento das pulsões parciais, como uma possibilidade de ocorrência. E, ao concluir o primeiro ensaio, Freud (1976) escreve: “A disposição para a perversão não é alguma coisa rara e excepcional, mas é parte integrante da constituição normal”. (*op.cit.* p. 174). Todavia, ele coloca que essa condição pressuposta só será demonstrável em crianças, mesmo que em

graus modestos de intensidades. Com tal afirmação, Freud delineia a fórmula que estabelece a relação da sexualidade perversa, com o estado infantil. E é isso que, no segundo ensaio, vai aparecer como ponto de investigação. Freud vai debruçar-se no jogo de influências que governa a sexualidade infantil, até que ela se converta em perversão ou outras formas de subjetivação.

No segundo ensaio, denominado, *A Sexualidade Infantil*, ainda de 1905, Freud subverte outra idéia circulante da época, pois até então sexualidade e infância eram conceitos totalmente distantes. Freud interpreta que a principal razão da omissão reservada à sexualidade infantil se explica pelo fato de que, em cada individuo, a amnésia infantil cobre com um véu muito espesso, os seis ou oito primeiros anos de vida. Esse conceito, Freud pôde observar na amnésia ocorrente na neurose. Então coloca que seria a partir da pré-história, constituída pela sexualidade infantil, que por sua vez, cede ao recalque, que a sexualidade no adulto se forma. A grande questão a ser respondida era: “Mas quais são as forças que provocam esta repressão das impressões da infância? Aquele que resolvesse tal enigma teria a meu ver, explicado também a amnésia histérica.” (*op.cit.* p. 179).

Ao tentar dar explicação a esse fenômeno, por meio daquilo que observa no “desenvolvimento” infantil, Freud diz que as pulsões parciais se dão nas crianças pela erotização das funções da necessidade. Isso significa que aquilo que eram apenas necessidades biológicas como fome, evacuação, micção, etc. tomam a dimensão do prazer e isso, é claro, é operacionalizado sempre pela linguagem. Ele sustenta um tripé de características fundamentais na sexualidade infantil: Primeiro, apóia-se numa função fisiológica: “De início, a atividade sexual se liga a funções que atendem à finalidade de autopreservação e não se torna independente delas senão mais tarde.” (*op.cit.* p.186). Segundo, é auto-erótica, ou seja, a criança num primeiro momento, não conhece objeto

sexual e se satisfaz com o próprio corpo. Por último, o objetivo sexual é dominado por uma zona erógena, correspondente à pulsão parcial em jogo, na busca de satisfação já experienciada:

O objetivo sexual da pulsão infantil consiste em obter satisfação por meio do estímulo apropriado da zona erógena que foi selecionada de uma maneira ou de outra. Esta satisfação precisa ter sido experimentada anteriormente a fim de ter deixado atrás de si a necessidade da repetição. (*op.cit.* p.189).

Baseado nesses três pontos é que se deu o conceito da disposição perverso-polimorfa da sexualidade infantil. Porém, Freud deixa claro que não há de se confundir esta disposição infantil com a perversão no adulto, muito embora aquela seja potencial para esta última, assim como para qualquer outra organização sexual no adulto.

A “evolução” da sexualidade infantil se dá por conta das pesquisas sexuais que a criança realiza e que dão base para uma série de teorias que tentam responder diversas questões que interrogam o pequeno infante, como: o mistério do nascimento, a concepção sádica ou brutal das relações sexuais, etc. Essa pulsão de saber é marcada pela curiosidade sexual gerada na criança, pela satisfação com as zonas erógenas. Nesses momentos da organização sexual, Freud observa e formula, como princípio da sexualidade, a primazia do falo. Isso quer dizer que, para a criança, a posse ou não do falo – representado imaginariamente pelo pênis – passa a ser o elemento primordial na organização genital dos sexos na fase adulta. No segundo ensaio, então, Freud retoma a questão da escolha de objeto já por ele discutida. Antes, considerava que a maior característica da sexualidade infantil era a ausência de objeto. Nesse ponto de seu trabalho, ele acrescenta: “(...) nessa fase, portanto, já se observa uma polaridade sexual a um objeto estranho. Mas a organização e subordinação à função reprodutora ainda estão ausentes” (*op.cit.* p.204).

Assim, a escolha do objeto deixa de ser uma idéia ligada à puberdade e passa a ser entendida em dois tempos separados por um período de latência. Primeiramente é feita uma escolha, no período de dois a cinco anos, interrompida por um período de latência e retomada na puberdade quando se determina a forma definitiva que irá assumir a vida sexual. A afirmação da fase de latência, para Freud, é algo oriundo de suas observações. Mesmo que não consiga dar as razões mais profundas desse evento, ele explica que nesse tempo a sexualidade infantil, perverso-polimorfa, cede ao recalque e atravessa um período de sublimação da energia sexual. A hipótese é que, como a sexualidade infantil não consegue obter satisfação, a excitação repetida por um tempo poderia produzir desprazer. Então, ocorreriam forças contrárias no sentido de reprimir a sexualidade infantil, para que na puberdade ela possa ressurgir.

É sobre isso que Freud discorre no terceiro e último ensaio, *Sobre as transformações da puberdade* (1905): essas mudanças orgânicas (maturação somática) junto com forças psíquicas fazem com que as pulsões sexuais infantis, antes parciais, passem a se situar sob a organização genital. Dessa maneira, o que é da ordem do sexual pode voltar a aparecer, pois a partir daí está fixado um outro objetivo, para além da obtenção do prazer. O sexual está diretamente ligado com a reprodução da espécie.

Nesse sentido, Freud sustenta uma distinção entre prazer preliminar, o único alcançado pelas pulsões sexuais infantis e o prazer terminal do ato sexual normal, atingido somente na fase genital. Um prazer preliminar muito estendido pode tirar energia de investimento para se atingir a satisfação terminal. Pode ocorrer um curto-circuito onde o ato preliminar substitua o objetivo normal. Numerosas perversões são caracterizadas por semelhante parada nos atos preparatórios. Para responder a autores da época, que

entendiam as manifestações sexuais na infância como elementos patógenos, Freud vai dizer que:

(...) tinham inicialmente, exagerado a diferença entre a vida sexual infantil e a da idade adulta, e agora fazemos a necessária correção. As manifestações infantis da sexualidade não determinam apenas os desvios, mas também as formações normais da vida sexual adulta. (*op.cit.* p. 218).

Sendo *Os Três Ensaios* uma obra datada de 1901-1905, algumas ressignificações lhe ocorreram em conformidade aos achados freudianos posteriores. Buscando coerência, Freud inclui em *Os Três Ensaios* uma seção que foi escrita em 1915 (A Teoria da Libido), baseada em seu grande trabalho de 1914, *Sobre o Narcisismo*.

Trata-se de mostrar, neste adendo, que a escolha do objeto na puberdade é apenas um reencontro com a relação que se deu na primeira infância. A nova escolha é feita a partir de representações inconscientes que memorizam de certa forma as vivências da sexualidade infantil. Há, portanto, uma matriz daquilo que será a sexualidade adulta, tanto nos desvios quanto nas normas. Na fase pré-genital a escolha do objeto é incestuosa. Então, dependendo de como foi a passagem pelo processo edípico o sujeito vai estruturar-se numa sexualidade qualquer. Dessa forma fica claro que as perversões, como uma dessas formas, têm relação com a castração... Ou com a Lei.

O que se esclarece em *Os Três Ensaios* é que neuroses, paranóia, perversões ou outras formas de subjetivação, são resultados da vivência de cada sujeito ao longo de sua história. Freud coloca em xeque a noção de normalidade sexual na época. Com isso ele tira o rótulo de simples desvio patológico das perversões, principalmente quando indica que normas são forjadas pelo social. Assim, só há normalidade possível em razão das inibições psíquicas que ocorrem durante a vida de um sujeito.

A sexualidade infantil, disposta de maneira perverso-polimorfa com tendências auto-eróticas, não caracteriza necessariamente uma perversão. Porém, uma criança pode se tornar perversa sob determinadas condições, como uma sedução por um adulto, por exemplo. O processo que ocorre desde a sexualidade infantil até a vida adulta caracteriza-se como algo muito complexo e resulta no reencontro de um objeto sexual diante do qual as tendências à polaridade perversa se submetem à supremacia genital. Nesse sentido, toda manifestação sexual entra em serviço do objetivo, dado socialmente, da reprodução da espécie. Assim a satisfação, das tendências preliminares, só é importante na medida em que preparam para o verdadeiro ato.

Mas há de se esclarecer também que o conceito de pulsões sexuais não é um dado simples. Elas nascem isoladamente, funcionam anarquicamente e trabalham de modo independente, mesmo que se agrupem sob o primado genital. Porém, a tendência perversa de toda pulsão não basta para considerá-la como perversão. Pulsão e perversão são conceitos diferentes, sendo que esta última só se define por uma organização e funcionamento específicos da vida sexual.

É possível compreender, desta forma, que os caminhos que levam à vida sexual normal são tão complexos quanto aos que levam às escolhas pervertidas, todas são da ordem do enigma. Segundo Freud (1976), os fatores congênitos são difíceis de avaliar, mas a preponderância de uma fonte interna de excitação sexual pode explicar a maior ou menor intensidade da pulsão sexual. Contudo, Freud deixa claro que a constituição sexual inata isoladamente, não pode dar conta do surgimento de distúrbios. Quanto aos fatores externos Freud atribui papel preponderante às experiências da primeira infância, bem como uma série definitiva aonde vão se combinar ações de predisposições com traumas ulteriores que podem determinar outros funcionamentos.

Estariamos equivocados se referissemos exclusivamente as perversões a tendências infantis que se tivessem fixado, é preciso considerá-las também como uma regressão para essas tendências pelo fato de que outras correntes da vida não puderam ter livre desenvolvimento. É por esse motivo que as perversões são acessíveis à terapia psicanalítica. (*op.cit.*, 239).

Além de *'Os Três Ensaio*s, Freud também contribuiu com os estudos das perversões sexuais a partir de outros dois textos fundamentais: *Uma Criança é Espancada* (1919) e *O Fetichismo* (1927). Portanto, esses serão pontos basilares a se percorrer para entendermos a criação de um campo de estudo muito particular.

O discurso freudiano rompeu com uma lógica positivista e instaurou campos de análises outros que passaram a considerar o sujeito de maneira própria. Diversas interpretações decodificadas por Freud conservam-se como pontos de potência da teoria, mas há caminhos e definições que são conseqüências daquele tempo histórico. Nesse sentido, aquilo que Freud conseguiu captar sobre os fenômenos perversos, em manifestações, dizia respeito ao tempo da sociedade contemporânea e ele.

Este trabalho pretende retomar Freud sim, mas não sem antes estabelecer as devidas marcas históricas e delimitar muito bem o recorte onde o tema toca a autora e a pesquisa em questão. É assim que pretendo seguir.

3. O QUE FREUD NOS DIZ EM *UMA CRIANÇA É ESPANCADA?*

Nesse texto (1976[1919]) Freud aponta-nos a freqüência com que a fantasia “uma criança é espancada” aparece na cena de tratamento analítico e está relacionada a sentimentos de prazer e de satisfação auto-erótica. Essas fantasias são nutridas desde muito cedo, antes da idade escolar e, por causa do prazer associado, levam o paciente a reproduzi-la em inúmeras ocasiões, mesmo que se encontre “adormecida”. Freud percebeu que o contexto escolar com crianças sendo castigadas e, mais tarde, algumas obras literárias, davam estímulos às fantasias de espancamento. As cenas reais, por sua vez, não causavam prazer como a fantasia, mas um misto de excitação e repugnância.

De acordo com as investigações freudianas, o que se apura, a princípio, não é suficiente para esclarecer outras características da fantasia. A única coisa afirmativa é que “uma criança esta sendo espancada e nada mais é sabido sobre isso”. Freud entende esse processo, à luz do conhecimento da época, como um traço primário de perversão e diz:

(...) um dos componentes da função sexual, tornou-se prematuramente independente, sofreu fixação, sendo por isso, afastado dos processos posteriores de desenvolvimento e dando evidência de uma constituição peculiar e anormal no indivíduo. Sabemos que uma perversão infantil desse tipo não persiste necessariamente por toda a vida; mais tarde pode ser submetida à repressão (...) formação reativa (...) ou sublimação. Se esses processos não ocorrem, a perversão persiste até a maturidade (...) (FREUD, 1919 p. 228).

O trabalho analítico só merece ser reconhecido se consegue remover a amnésia que oculta do adulto suas vivências infantis. Evidentemente não há que se subestimar as experiências posteriores das quais os pacientes adultos falam, mas é preciso que o analista ouça apontando as reivindicações da infância. Freud na análise das fantasias de

espancamento considera que as mesmas possuem um histórico anterior ao período em que se manifestam (quatro a cinco anos) e, portanto, representam um resíduo e não uma manifestação inicial:

As fantasias de espancamento têm um desenvolvimento histórico que não é de modo algum simples, e no decorrer do qual são mais de uma vez modificadas em vários aspectos – no que diz respeito ao autor da fantasia, ao seu objeto, conteúdo e significado. (*op.cit.* p. 231).

Para tentar facilitar o processo de compreensão, Freud num primeiro momento, analisa as fantasias baseado em casos femininos e sustentando que estas, nos homens, estariam ligadas a *outra questão* (depois Freud retoma o que aqui chama de *outra questão* como o fato de a fantasia ser essencialmente feminina). Percorre o processo nas meninas descrevendo três fases: na primeira, as informações são escassas e o que pode ser estabelecido com segurança, em todos os casos, é que a criança em quem estão batendo nunca é a autora da fantasia e que não há relação constante entre o sexo da criança autora e da criança espancada. Nesse momento, Freud descarta o caráter masoquista da fantasia. Não a adjetiva também como sádica, pois, não é a criança autora quem bate, mas um adulto. Mais tarde torna-se claro que este adulto é o pai da autora da fantasia. Essa primeira fase é representada pela frase: “O meu pai está batendo na criança” (*op.cit.*, p.232). Mais adiante, com as revelações que se seguem esta frase passa a: “O meu pai está batendo na criança que eu odeio.” (*op.cit.*, p.232).

Entre esta fase e a seguinte ocorrem mudanças profundas em que o agressor da fantasia se mantém o mesmo (o pai), mas a criança espancada torna-se a produtora da fantasia. Nesse momento, a fantasia é acompanhada por um alto grau de prazer,

inequivocamente masoquista e a frase que a resume é: “Estou sendo espancada pelo meu pai.” (*op.cit.*, p.232) Essa fase é de extrema importância, pois jamais teve existência real, não é lembrada, mas constitui-se como uma construção da análise, ainda assim, tão necessária como as outras.

Já a terceira fase se assemelha à primeira. Mas a figura que bate nunca é o pai, sendo indeterminada ou concentrando-se num substituto do pai (por exemplo, um professor). A figura da criança criadora da fantasia não mais aparece. As respostas às questões prementes são evasivas, do tipo: “Provavelmente estou olhando” (*op.cit.*, p.233). As crianças espancadas agora são várias e, com maior frequência, meninos (na fantasia das meninas). A situação de espancamento pode se desdobrar em diversas cenas de humilhação, castigos, etc.. A diferença entre as fantasias mais simples dessa fase daquelas da primeira, conectando-se à intermediária, é que há uma ligação entre a fantasia e uma intensa e desconcertante excitação sexual que proporciona satisfação masturbatória.

A explicação do que se sucede é que em seu complexo parental a criança experimenta um lugar de onipotência imaginária onde a afeição dos pais destina-se apenas a ela. Acontece que há sempre outras crianças, mais velhas ou mais novas, irmãs ou não, que marcam um lugar onde o amor dos pais deve ser compartilhado. Depressa, também se aprende que ser espancado, mesmo que não doa muito, significa uma privação de amor. Portanto, a idéia do pai batendo nessa odiosa criança “concorrente” passa a ser agradável mesmo que não tenha ocorrido na realidade. Essa fantasia assegura que: “O meu pai não ama essa outra criança, ama apenas a mim.” (*op.cit.* p. 234). A fantasia nessa fase gratifica o ciúme, mas ainda há dúvidas se pode entendê-la como puramente sexual ou sádica. Em todo caso, não há motivos que indiquem que essa fase da fantasia já esteja a serviço de uma organização genital que encontra saída por ato masturbatório.

Mesmo atingindo o estágio de organização genital com a prematura escolha de objeto incestuoso, as crianças são incapazes, nesse momento, de formar qualquer idéia clara do papel dos genitais na realização desses desejos. Porém, nenhum dos amores incestuosos pode evitar o destino da repressão:

O mais provável é que eles passem, porque o seu período acabou, porque as crianças ingressaram numa nova fase na qual são compelidas a recapitular a repressão de uma escolha objetal incestuosa, tal como numa etapa anterior foram obrigadas a efetuar uma escolha objetal dessa mesma natureza. (*op.cit.* p. 235).

Juntamente com a repressão vem o sentimento de culpa que caracteriza a fantasia, na segunda fase, como masoquista. A inversão do triunfo de ser a única criança amada pelo pai constitui-se como castigo imposto por um pai repressor que se situa entre a criança e seu objeto de desejo. Evidentemente o masoquismo não se resume apenas nisso, mas o sentimento de culpa, segundo Freud, tem um grande peso na inversão sadismo – masoquismo. Devemos também levar em consideração que, nesse caso, são crianças que desenvolveram prematura e isoladamente o componente sádico. Dessa forma, se a organização genital, que mal conseguiu se formar esbarra na repressão, a consequência é a de que toda representação psíquica do amor incestuoso se torna inconsciente, bem como a própria organização genital se torna rebaixada. Na fantasia, então, ‘o meu pai me ama’ converte-se em ‘o meu pai está me batendo’. Assim, o ‘ser espancada significa que’ “Não é apenas o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo daquela relação”. (*op.cit.* p. 237). É nesse ponto que a excitação libidinal se liga à fantasia e encontra escoamento nos atos masturbatórios.

Via de regra, essa parte da fantasia, essencialmente masoquista, permanece inconsciente ou aparece como uma superestrutura elaborada como disfarce. Só é reconstruída no decorrer da análise. Em sua terceira e mais familiar fase, a fantasia de espancamento, considera Freud (1976), é a sua forma final e também um substituto consciente. Nessa fase, a criança que cria a fantasia aparece como espectador. O pai permanece sob a figura de um substituto e a forma aparente é de essência sádica novamente. Porém, a satisfação que deriva dela é masoquista, pois assumiu a catexia libidinal da porção reprimida ‘meu pai ama só a mim’ e todo sentimento de culpa ligado ao amor incestuoso aí expresso.

Enfim, todas as crianças espancadas, em suas variantes, são objetos substitutos das crianças autoras das fantasias e são quase sempre meninos. Isso não é explicado simplesmente pela rivalidade entre os sexos, mas pelo fato de que meninas, ao se afastarem do amor incestuoso pelo pai com seu significado genital, abandonam facilmente seu papel feminino e, a partir de então, ‘querem ser apenas meninos’. Portanto, os bodes-expiatórios que as representam são também meninos.

Em *Uma Criança é Espancada* (1976) [1919]) Freud faz uma aproximação das noções de perversão e fantasias infantis. Em *Os Três Ensaios* é descrito um conceito muito particular sobre o infantil, especificando o recorte do corpo pelas pulsões, bem como sua constituição em zonas erógenas e de prazer parcial: sexualidade perverso-polimorfa. Nesse texto tratado aqui, Freud estabelece uma relação entre a geografia corporal dos prazeres e a construção de fantasias infantis no adulto a partir do Complexo de Édipo. O valor do texto está no fato de Freud conjugar corpo e representação. Em outras palavras, Freud articula o prazer corpóreo às representações psíquicas, indicando que a gênese dessas fantasias está sob a lógica edípica da repressão e assim devem ser analisadas. O início deste caminho foi

em *Os Três Ensaios*, onde Freud já indica articulação entre sentimentos amorosos e de ternura da criança em relação aos pais com a fase de latência e a fase fálica. Porém, é no texto “Uma Criança é Espancada”, que ele dá mais ênfase ao Complexo de Édipo como terreno propiciador das fantasias (leia-se enlace entre corpóreo e psíquico).

Incluindo o complexo de Édipo na sexualidade infantil, Freud relaciona-o com a perversão onde esta será um elemento de ligação. Ele nos diz que:

A perversão não é mais um fato isolado na vida da criança, mas encontra seu lugar entre processos típicos, para não dizer normais, de desenvolvimento que nos são familiares. É levada a uma relação de objeto de amor incestuoso da criança, com seu complexo de Édipo. Destaca-se, de início, na esfera desse complexo, e depois que o complexo sucumbiu, permanece quase sempre por si, como herdeiro da carga de libido daquele complexo, oprimido pelo sentimento de culpa ligado a ele. (*op.cit.* p.239).

Aqui se justifica claramente que assim como às neuroses, o Complexo de Édipo dá origem também às perversões. Então se sustenta que a sexualidade perverso-polimorfa não indica necessariamente uma perversão no adulto, da mesma forma que as fantasias como traços primários de perversão também não garantem tal funcionamento *a posteriori*. O importante é mostrar a necessidade que Freud teve de tornar a perversão um paradigma e que seus aspectos descritivos servem para demonstrar a ‘natureza do infantil’.

Diferenciar então a perversão no adulto da perversão na criança seria para Freud descrevê-la como uma possível ampliação da caracterização da sexualidade infantil: “A partir de condições de maturidade necessárias a um primado genital, não exercê-lo como meta e permanecer fixado a uma distribuição indistinta de prazer nas zonas erógenas”. (*op.cit.*, p. 96). Mas, como essa fixação ocorre e qual mecanismo a sustenta, é o que Freud nos descreverá em seu texto de 1927, *O Fetichismo*.

4. O FETICHISMO E SUA RELAÇÃO COM A *VERLEUGNUNG*

Em sua teorização sobre o aparelho psíquico, Freud aponta alguns mecanismos de funcionamento do mesmo, dentre os quais a recusa, e discorre sobre a clivagem do ego como processo que se encontra na gênese de tal mecanismo. No Vocabulário de Psicanálise de Laplanche & Pontalis, (2000), encontra-se a seguinte definição para a clivagem do ego:

Expressão usada por Freud para designar o fenômeno muito particular (...) da coexistência, no seio do ego de duas atitudes psíquicas para com a realidade exterior quando esta contraria uma exigência pulsional. Uma leva em conta a realidade, a outra nega a realidade em causa e coloca em seu lugar uma produção do desejo. Estas duas atitudes persistem lado a lado sem se influenciarem reciprocamente. (*op.cit.*, p.65).

O termo *clivagem*, ao longo da obra freudiana, não deixa, em alguns momentos, de designar o fato de o aparelho psíquico ser separado em instâncias ou sistemas, porém, quando Freud lança mão do termo especificando tais sistemas, não faz deste um utensílio conceitual. Sua grande constatação é a evidência de um processo intra-sistêmico novo em relação ao padrão do recalque e do retorno do mesmo. Nesse sentido, três artigos principais delimitam a noção de *clivagem*: *O Fetichismo* (1927), *A divisão do Ego no Processo de Defesa* (1938) e *Esboço de Psicanálise* (1938).

No *Esboço de Psicanálise*, Freud descreve a mente, seu funcionamento e suas instâncias. Ao caracterizar o Ego, elenca suas principais características e função. Diz que o ego tem sob seu comando o movimento voluntário devido à conexão estabelecida entre percepção sensorial e ação muscular. O ego tem a tarefa da autopreservação, devendo

gerenciar as ocorrências externas com as exigências pulsionais, memorizando experiências, adaptando-se e agindo em seu próprio benefício para evitar o desprazer.

O ego deve sua origem e suas características à sua relação com o mundo externo real sendo mesmo o ponto de superfície, de conexão. Portanto, os estados patológicos parecem apontar para um afrouxamento dessa relação entre ego e realidade. Nos casos de psicose e fetichismo esta observação se evidencia. Freud diferencia de certo modo os mecanismos nessas duas formas. Ele vai dizer que na psicose, o que parece ocorrer é que duas atitudes psíquicas formam-se, em vez de uma só, uma delas normal, que leva em conta a realidade e a outra que segue as pulsões, desligando o ego do real. As duas coexistem lado a lado, mas o desligamento da realidade alcança êxito completo quando a segunda parte torna-se mais forte. Já no fetichismo, não parece haver uma divisão nesse nível, mas uma conciliação formada com a ajuda do deslocamento, onde o comportamento expressa simultaneamente duas premissas contrárias. No fetichismo, então, o desligamento do ego em relação à realidade nunca alcança êxito completo.

Ao analisar alguns casos de fetichismo, Freud percebeu que o significado e o propósito do fetiche eram os mesmos: ser um substituto do pênis para a mulher em que a criança acreditou outrora. O que ocorre, é que o menino, ao ver a imagem do órgão genital feminino, recusa a percepção real de que a mulher não tem pênis. Isso porque o reconhecimento de tal imagem sustenta o perigo – imaginário – de sua própria castração. A recusa é conseqüência de uma parte de seu narcisismo que se ergue em revolta contra a diferenciação dos sexos. Na situação em questão, a percepção desagradável não é apagada. Pelo contrário, ela continua lá e uma ação para rejeitá-la faz-se necessária. Freud usa o termo repressão para o mecanismo que age sobre o afeto, e sugere o termo *Verleugnung* para o processo que ocorre com a idéia.

O fetiche se institui numa cena traumática. Freud (1927) vai descrever esse processo de formação da seguinte maneira:

Antes, parece que, quando o fetiche é instituído, ocorre certo processo que faz lembrar a interrupção da memória na amnésia traumática. Como neste último caso, o interesse do indivíduo se interrompe no meio do caminho por assim dizer; é como se a última impressão antes da estranha e traumática fosse retida como fetiche. (...) peças de roupas interiores, que tão freqüentemente são escolhidas como fetiches cristalizam o momento de se despir, o último momento em que a mulher podia ser encarada como fálica. (1976 p.182)

Uma das possíveis respostas à violência da vivência traumática da castração, não contida pela palavra, é a *clivagem do ego*. Em 1938, no texto “*A Divisão do Ego nos Processos de Defesa*”, Freud dá continuidade ao seu estudo sobre o fetichismo. Ele retrata as conseqüências possíveis para o sujeito que advêm de sua atitude de desmentido (*verleugnung*) na perversão. Pode-se dizer que o *eu ideal*, no narcisismo primário da criança, ao invés de ceder ao recalque, para levar em conta a realidade, desmente o perigo da castração, justamente por levá-la em conta. Esse paradoxo é o artifício que permite-lhe nada saber da falta, momentaneamente. Portanto, o preço da perversão é alto, pois implica na clivagem do *eu* que retorna numa angustia sintomática. O perverso não contradiz sua percepção alucinando um pênis onde não vê um. Ele realiza um deslocamento idêntico aos sonhos onde o pênis é representado por outra coisa, o fetiche. Freud menciona um processo de regressão tópica onde as vivências originárias gritam nos sintomas ansiosos que retornam. De certa forma, afirma nesse texto que há algo da ordem do recalque na perversão. É nesse sentido que ele vai interpretar outro sintoma dessa formação, indicando que o desmentido não pode evitar a castração para o sujeito:

Uma espécie de sensibilidade ansiosa (...) como se, em todo esse vai-e-vem entre o reconhecimento e o desmentido, fosse assim mesmo a castração que houvesse encontrado uma expressão mais distinta.. (FREUD, 1976[1938], p. 286).

Para dimensionar o conceito de Castração na discussão estabelecida nesse trabalho, será preciso percorrer o desenvolvimento da teoria na tentativa de circunscrever o sujeito moderno do qual a psicanálise se ocupa, a saber, um sujeito de linguagem. O que foi trazido até esse ponto de elaboração, a partir da teorização freudiana, nos indica que há uma disposição quase que geral à perversão. Mas, também dá indícios que atrelado ao mito do Complexo de Édipo está outro complexo fundamental: o de Castração. Jacques Lacan, psicanalista francês, o coloca como pedra fundamental na constituição da coisa humana. Portanto, sua experiência intelectual será retomada como subsídio para discussão acerca da perversão e mais, desta em suas diversas manifestações.

5. DO MITO À ESTRUTURA OU A CIRCUNSCRIÇÃO DO SUJEITO

Para o entendimento da relação entre mito e estrutura faz-se necessário, primeiramente, percorrer os mitos freudianos, para então lê-los à luz da intervenção lacaniana em seu redimensionamento, que culminou na transposição da ordem mítica para a lógica estrutural.

Em *O Avesso da Psicanálise, Livro 17* (1992) Lacan opera dizendo que a castração está dada a todo ser falante, não precisando do Édipo para tomar forma. Mais adiante ficará claro que Lacan não despreza o mito, mas o transpõe, o atravessa com aquilo que é da ordem da estrutura.

Em Freud, podemos perceber que a castração vai se apresentando ligada, articulada, com o lugar do pai. Nas três narrativas principais sobre esse tema a saber, quando Freud discorre sobre o complexo de Édipo (1928), sobre a horda primitiva (1913) e sobre a fundação do monoteísmo (1939), a castração aparece como uma consequência da ação do pai repressor. O pai edípico, então, traduz a impossibilidade de gozo pela via da proibição, fato que também carrega em si a crença do gozo possível-proibido. Para Lacan, a linguagem é a estrutura que guarda a impossibilidade de gozo e não, como para Freud, a metáfora do objeto perdido. O pai repressor, tematizado pela via da fantasia como em “*Uma Criança é Espancada*” (1919), representa um Outro todo-poderoso, não barrado, figura de uma dupla função: proibição e, ao mesmo tempo, manutenção da possibilidade de existência do gozo possível, fazendo coincidir, assim, lei e mito. Dessa forma, para Freud, a lei se dá a partir da ação do pai edípico-imperador.

A partir da virada de 1920, o exercício freudiano redefine-se no texto *Para Além do Princípio do Prazer*. Com a definição da pulsão de morte como sendo a pulsão por

excelência, Freud inaugura o campo que permite então uma releitura da noção de castração que ultrapassa a idéia até então mítica. Observando a repetição na economia psíquica e o paradoxo do prazer no desprazer este autor conclui que o ser procuraria sempre retornar a um princípio de silenciamento da dolorosa excitação característica da vida. A esse princípio, Freud denominou Nirvânico, como a tendência insistente para a morte. Nesse sentido, um dos pilares do princípio sexual “prazer/desprazer” seria o prolongamento do percurso da morte. Em outras palavras, a pulsão de morte é aquilo que cria, enquanto fabricante de diferenças e destinos puros, mas engendra em si a castração do puro esvaziamento e gozo completo. Lacan então, com a teoria do significante e a partir da releitura freudiana, redesenha a idéia de falta desvinculada, num certo sentido, do aparato mítico podendo, assim, sustentar que esta é inaugural da condição humana e independe dos mitos que a circundam. A linguagem seria uma amarração que protela a morte, que dá uma volta pela vida, mas cobra, por isso, o preço da angústia. Essa é a condição humana. É nesse sentido que o Outro é cunhado como o marcador de uma vacuidade que engendra possibilidade de preenchimento pelas grades narrativas da história humana. O mítico seria uma tentativa de explicação, de recobrimento da falta de sentido radical diante da diferença sexual e da morte. Por isso, considerar o ponto de viragem do pensamento lacaniano estrutural é, de certa forma, circunscrever o sujeito moderno psicanalítico.

Para tanto, precisa-se considerar a castração como estrutural para todo e qualquer sujeito de linguagem, sendo a Lei a posição inevitável diante da qual resta ao sujeito apenas exigência de trabalho para a criação do novo. Lacan estabelece, pois, um corte entre mito e estrutura que redimensiona totalmente aquilo que se entendia como função paterna. O pai não é aquele que está entre o sujeito e seu objeto, mas uma das formas de possibilitar que o sujeito advenha, de convocá-lo. Em outras palavras, o objeto nunca foi perdido, pois

sempre foi uma impossibilidade. Esse comando para que falte o objeto é o que faz o sujeito vir-a-ser. A lei, portanto, tem caráter positivo e não de proibição. Ela não diz sobre o que não pode, mas sobre possibilidade e impossibilidades.

Ainda no *Seminário 17*, Lacan postula, para além do mito, que há um operador estrutural que encarna a função de agente da castração: o pai real, aquele capaz de sustentar o desejo por uma mulher. Nesse sentido, a castração do Outro (castração por excelência) é logicamente anterior ao Édipo, pois se trata do efeito da incidência do significante sobre o sujeito. A castração estrutural não carrega sentido em si. E é isso que a articula ao mito, que não é de modo algum aniquilado por Lacan. O mito é considerado como uma ficção, uma resposta à exigência do significante e o pai só é agente por obra da ficção criada.

Lacan então vai da proibição à impossibilidade no que diz respeito à lei. Evidentemente ele chega a tal desdobramento após muitas revisões em sua teoria, posto que há momentos em que também considera a existência mítica de um Outro originário completo, consistente, a quem nada faltaria. Porém, nesse Seminário reduz o complexo de Édipo à metáfora paterna, cujo efeito é lançar condição subjetiva a um estado de sujeição originário. (SANTOS, 1999).

O esforço lacaniano é para mostrar que o mito edípico dissimula uma verdade, qual seja, que o pai também é castrado e não pode mais ocupar um lugar de exceção frente à castração inevitável. O sentido é o de que “Há Outro no Outro” como nos diz Lacan em *As Formações do Inconsciente*, (1999). A função paterna aparece então, articulada à função metaforizante e o pai, para Lacan, é aquele que desejaríamos que soubesse alguma coisa sobre o mal-estar, mas ele nada sabe.

Pelo percurso realizado até aqui, ficaram claras algumas posições: há algo da ordem do estrutural no humano que é justamente a consideração e convocação de um sujeito, nada

mais que isso. Algo que está para além do mito, que ocorre à sua revelia, mas que num certo sentido, parece “exigi-lo” como explicação diante do vazio radical da castração estrutural. O sujeito psicanalítico é o sujeito estruturado sob a égide da castração, porém os mitos não são dispensados, pois indicam a face verificável daquilo que os engendram. Cada tempo entra justamente como o terreno de fabricação de mitos possíveis que possam encarnar a função da exceção (recobridora da falta radical). O Complexo de Édipo é um deles. Foi ouvindo as históricas – patologia prevalente do século XIX – que Freud concebeu conceitos-chave como o *recalque* que, por sua vez, o levou à construção de um arcabouço teórico possibilitador da compreensão de outras ordenações psíquicas.

Porém, o sujeito contemporâneo não coincide com o sujeito moderno. É preciso que a psicanálise procure se posicionar diante desta defasagem. Melman (2003) aponta para um processo de mutação cultural, marcado por dois grandes traços, a saber, a forclusão do Outro e a promoção do gozo objetal sobre o gozo fálico. Esses seriam os elementos fundamentais para se pensar a condição subjetiva contemporânea.

Pois, considerando que a cultura se apresenta como grandes narrativas cujo objetivo seria provocar transferência para a determinação de condutas individuais, o Outro, como já foi dito, seria esse lugar de organização linguageira de onde o sujeito recebe sua própria mensagem sem saber o que se quer e o que se espera dele. Estruturalmente falando, o Outro é aquilo que cria dessemelhança, ternariedade e limite. No entanto, a cultura atual apresenta suas narrativas de maneira dissociada, fragmentada, causando para o sujeito contemporâneo uma espécie de remapeamento identitário. Nesse sentido, sustenta-se a idéia de que o Outro se encontra forcluído. Há nitidamente uma prevalência de relações horizontais, como se a palavra agora fosse referendada apenas na autoridade do locutor. (MELMAN, 2003). Na verdade a sociedade contemporânea produz uma tipologia de saber que afirma a alienação

narcísica por meio do estatuto da Opinião, aprisionando o outro na pura repetição do ato coisificado, que não apresenta interface com a condição de escolha objetual, sendo ele mesmo, o ato, a coisa em si. Essa é a matriz fantasmática gerada pela sociedade do espetáculo – conceito de Debord, citado por Joel Birmann, 1999, situando a demanda de performance e de bom desempenho infligida ao sujeito - que inaugura em paralelo formas específicas de circunscrição do gozo.

A tecnologia atual visa instrumentalizar o Real, obliterá-lo e não mais discorrer sobre tal. A internet, as técnicas de dominação da reprodução e mesmo da potência genital, aliados ao convide da economia liberal (Goze, se você quer, pegue!) são índices suficientes para que a dimensão do Outro prescreva no processo de constituição psíquica contemporâneo. Alterada a dimensão do Outro, alterada a dimensão do gozo que se amarra ao corpo e à linguagem de maneira particular na contemporaneidade. Vejamos então a amarração gozoza aqui referida.

Podemos conceituar gozo como a insistência de satisfação pulsional paradoxal entre o prazer e o para além dele. Em Helsinger, 2004, o gozo seria a exigência de satisfação em seu aspecto de repetição pulsional mortífera, do ponto de vista do real mais pertinente ao campo do objeto que ao do sujeito, enquanto em contraposição, o desejo estaria engendrado na interface do simbólico, amarrando sujeito e linguagem. Essa diferenciação conceitual, Lacan a realiza em *A Interpretação do desejo* texto de 1959, quando volta seu olhar para o objeto faltante como partícipe da dinâmica inconsciente tanto quanto o sujeito. Voltaremos a esta teorização mais adiante.

Nesse sentido, o conceito de gozo possibilita à clínica um manejo transferencial específico onde o analista poderá ser receptor da pulsão de morte e da compulsão à repetição como manifestações gozozas tocantes ao campo do Real, e não do Simbólico ou

do Imaginário (ALMEIDA, 2004). E isso é de extrema relevância posto que as manifestações contemporâneas situam-se no registro do Gozo muito mais que no do Desejo. Junte-se a isso o fato de que o lugar do Gozo nas manifestações perversas é figura cardinal e, então, é possível compreender como esta dimensão é ordenadora da pesquisa em questão.

Mas, em se falando da possível clínica da perversão, o que temos de considerar para além ainda da posição reveladora de que a contemporaneidade circunscreve formações psíquicas mais próximas ao desmentido do que ao recalque? É preciso adentrar também o caro terreno onde se tentam mapear as definições de estrutura e montagens perversas. Um outro nó teórico, que dependendo de como é desatado, sustenta posições clínicas distintas. O próximo capítulo se propõe justamente a esta discussão.

6. PERVERSÃO: MONTAGEM OU ESTRUTURA?

Na trajetória de execução desta pesquisa chega-se agora a um dos grandes impasses: a clínica aqui proposta como objeto seria aquela pensada para as montagens perversas ou aquela que buscava se interpelar diante do âmbito estrutural da perversão.

O termo perversão, desde sua origem, sempre foi envolvido por tonalidade moralista que imprimiu nele uma marca que os séculos não conseguiram diluir. Seu sentido deriva da palavra latina *perversio*, do verbo *pervertere*, cujo primeiro registro data de 1444, segundo *A Leitura das Perversões*, (1994). Significa voltar-se para outro lado, retornar, reverter. Indica também o que está às avessas, o que está fora de ordem, desregrado, contrário ao que se deve ser, defeituoso, vicioso (LANTÉRI-LAURA, 1994). Para tentar apontar o percurso nesse impasse que se formou diante dos diversos fenômenos da perversão, fez-se necessário, primariamente, circunscrever os conceitos de montagem e de estrutura, para só depois, lançando-os aos casos trabalhados, traçar algumas considerações.

Por estrutura pode-se entender um conjunto de um sistema de elementos que obedecem a leis internas de funcionamento de modo que se um dos elementos se mover a lógica que regula o conjunto também modifica os demais elementos da estrutura. Para que isso possa ocorrer então, segundo Badiou (1994), é necessária certa multiplicidade inconsistente que pressupõe a condição para a estruturação. Também se faz surgir uma regra que dará consistência ao sistema e, por fim, há de se ter um fundamento para essa regra, ou seja, uma metaestrutura.

O estruturalismo, na psicanálise, foi introduzido por Lacan, que já no final dos anos 40, consegue desenvolver sua teoria para além das influências geneticistas, apontando o

estádio do espelho como uma matriz originária de futuras identificações. François Dosse (1945), afirma que:

A partir de 1949, Lacan já pertence ao paradigma estruturalista, antes mesmo de se referir especificamente a Saussure, pois o estágio do espelho escapa à historicidade, dá-se como estrutura primeira, irreversível, que não pode funcionar de outro modo senão por suas leis próprias. Não existe, portanto, possibilidade de passar de uma estrutura a outra, mas tão-somente de tal para tal gestão da estrutura. (DOSSE, 1993, p. 120).

Passando pelas construções de Lévi-Strauss e Saussure, Lacan desenvolve o estruturalismo e subverte a lógica deste lingüista em questão, que considerava significante e significado como indissociáveis, como duas faces da mesma moeda. Essa relação é retomada por Lacan a fim de minorar o significado em proveito do significante numa torção. Em *A Instância da Letra no Inconsciente*, de 1957, Lacan desloca o significado para um lugar secundário que deslizaria incessantemente sob a cadeia significante. O significante é primeiro porque o sujeito é, em relação a esta ordem, heterônimo. Significante é não-sentido, por isso o sujeito se vê dividido pela linguagem. Na interação ainda guardada entre significado e significante, está o Inconsciente descoberto por Freud. O significado não existe senão enquanto produção metafórica dos significantes. Nesse sentido, o passo radical do desdobramento lacaniano é que um significante é o que representa o sujeito para outro significante. Esta fórmula de que é na experiência intersubjetiva que o desejo se faz reconhecer é o que se manteve como hegemônico, nesse momento do exercício intelectual lacaniano e o que lhe permitiu, de algum modo, o retorno a Freud sem o peso dos termos cientistas e biologicistas que perpassam algumas articulações freudianas. (SAFATLE, 2003).

Enquanto a lingüística estrutural exclui o sujeito para assegurar seu lugar de ciência positivista, Lacan o apreende precisamente como falta em relação ao significante, como estranho em relação a ele e tendo então de se haver com o Outro em si. Como atesta Miller:

(...) Lacan é estruturalista, mas um estruturalista radical, pois se ocupa da conjunção entre a estrutura e o sujeito, enquanto a própria questão não existe para os estruturalistas, fica reduzida, é zero. Lacan, ao contrário, tentou elaborar qual é o estatuto do sujeito compatível com a idéia de estrutura. (MILLER, 2002, p.24).

Em sua obra, a tentativa é sempre de considerar a estrutura, sem desconsiderar o sujeito, que é tomado como a fenda para o inusitado. Isso nos mostra que Lacan não é um estruturalista clássico. Temos então o significante mestre (S1) que impele a cadeia (S2) ao movimento, o sujeito dividido pela linguagem (\$) e a criação lacaniana do conceito de objeto *a*, como aquilo que escapa em relação ao que é enunciado. Estes são os elementos centrais da álgebra lacaniana. O desenvolvimento do freudismo por Lacan possibilitou pensar o simbólico – linguagem, cultura, banho de significantes – como ordem que determinaria uma estruturação psíquica, que por sua vez, geraria indicações de significação do desejo no sujeito falante. Em outras palavras, o desejo seria a regra de articulação interna que possibilita a passagem de um significante ao outro, mas também, exatamente aquilo que escapa a essa articulação e por isso a garante. Esse campo, Lacan o denominou metonímico. O complemento ou fundamentação externa que gera significado é do campo da metáfora e se dá apoiado na função do sujeito. Dessa forma, se o diagnóstico estrutural permite delimitar a estrutura perversa, é preciso apontar os elementos que serviriam como moduladores para pensar essa lógica de funcionamento. Como ponto de partida, pode-se

considerar que a perversão constitui um trabalho psíquico específico empenhado na produção de um espaço particular que garante um paradoxo: o fetiche, que é o véu que indica a possibilidade da presença do falo. O paradoxo reside justamente no fato de que, ao tentar dissimular a castração, o fetichismo, que pode ou não estar coisificado, denuncia a presença da Lei. Ela é, por sua vez, a regra do fetichista e o motivo pelo qual ele, o fetiche, obtém consistência.

Um dos primeiros momentos em que Lacan fala da perversão sexual pode ser encontrado no *Seminário 4 sobre A Relação de Objeto*, onde se discute o fetichismo. Nesse esquema a criança assumiria, em relação à mãe, uma posição fálica, uma posição de objeto tampão da falta materna, desconsiderando o terceiro (Pai) depois que este é desconsiderado pela mãe. O desdobramento dessa teoria, vamos encontrá-lo no *Seminário 5, As Formações do Inconsciente (1958)*, onde Lacan retoma e explica como se dá a lógica da castração. Ele cria um esquema para marcar a diferenciação entre o Nome-do-Pai e o pai real, dizendo que o primeiro é aquele que pode, ocasionalmente faltar e o segundo, não dá a impressão de ter muita necessidade de estar presente para não faltar. Aqui Lacan define claramente que a metáfora paterna consiste em algo bem diferente das palavras reais em torno do sujeito. Ela se caracteriza pelo triângulo que contém mãe, pai e criança em cada um de seus vértices.

Por outro lado, no esquema em L há uma transformação da primeira tríade em outra onde há quatro pontos: a, a' e A e S. Aí, tudo que se realiza no sujeito (S) depende do que se coloca de significantes em A (lugar do significante). O sujeito não tem significado, depende do que acontece no jogo edípico. Mas mesmo estando “morto” nesse jogo, ele participa com o que tem, a saber, com sua estrutura imaginária eu-outro (a -----a'). A partida, em questão, faz com que o sujeito se descubra dependente de três pólos: Ideal do Eu, Supereu e realidade. Então, ocorre que na dialética intersubjetiva há três imagens

selecionadas que assumem o papel de guias. Algo que surge para ser homólogo ao triângulo mãe-pai-filho, mais ainda, para se confundir com ele.

Nesse sentido, a relação do eu com as imagens especulares (dada pelo banho em um bom número dessas imagens primitivas) já fornece a base para um triângulo imaginário. Nesse triângulo imaginário o falo é o terceiro na relação mãe-filho e efeito da metáfora paterna. O falo é o objeto fundamental com o qual o sujeito se identifica e ele só pode projetar a diferença sexual se for guardada a dimensão necessária do Pai. Se isto não ocorre, o falo vem a ser imediatamente o atributo da mãe, que não pode ser constatada castrada pela criança. A mãe fálica é a imagem sustentada no mecanismo descrito em *O Fetichismo* (1927). Ao perceber a realidade de que sua mãe não tem um pênis, a criança a abandona e volta-se para o pai. Por isso, como já foi dito, a dimensão do Pai estrutural deve ser guardada para que a criança se organize na diferenciação dos sexos: o homem tem falo, a mulher não.

Porém, a teoria lacaniana atravessa redefinições importantes por volta de 1968/69, mais precisamente em seu *Seminário 16, De um Outro ao outro* (citado por Skriabine, 2007) onde a condição da estrutura passa a ser sustentada pela prevalência do Real. Se anteriormente o significante era inscrito como a falta no *Outro* desse ponto em diante passa a significar a presença de um Buraco na estrutura que traz conseqüências importantes.

Com esse deslocamento a função do objeto *a* também se transmuda: a dimensão real passa a ser considerada como um fato de estrutura e o objeto *a*, antes um resto incompatível à estrutura significante, agora muda de estatuto no fantasma fundamental e passa a servir ao sujeito para recuperar, sob forma de gozo, aquilo que perdeu ao se separar do grande Outro. (SOUZA, 2003). Uma segunda conseqüência é que a noção de

incompletude na estrutura não é mais apenas descritiva, mas lógica. Lacan (apud SKRIABINE, 2007), vai dizer que a estrutura é o próprio real, ou seja, a maneira pela qual cada um sofre em sua relação com o Gozo.

Então a estrutura não recobre o ser e esse buraco do real serviu tanto para a definição do recalque primário – operação que não pode ser desfeita e nem evitada – quanto para apontar que ele mesmo é a condição essencial e necessária para que a ordem simbólica possa se instaurar. Essa condição levou Lacan a sustentar em *A Subversão do Sujeito e a Dialética do Desejo* (1966) que “o grande Outro não existe” e que o sujeito é um *sujeito de superfície*. A estrutura subjetiva e do Inconsciente passam a ser tratadas nesse nível e a partir dessa topologia de objetos superficiais, desfaz-se a noção de uma estrutura profunda na mente. Como Souza (2003) diz:

O inconsciente lacaniano é uma estrutura de superfície que se manifesta num tipo de espaço não euclidiano e que se realiza entre um sujeito que fala e esse “outro lugar” para onde a fala se dirige. Dito de outra maneira, o inconsciente realiza-se num espaço construído entre uma boca que fala e um ouvido que lê de uma outra forma aquilo que escuta; algo que será sempre realizado pelo próprio sujeito. (p.54).

Sendo assim, as identificações fálicas, citadas anteriormente (diferença sexual) só acontecem como ocorrências de momentos da história do sujeito que não foram ordenadas pelo simbólico, como as passagens ao ato. Mas, em se tratando de passagem ao ato, não é possível definir uma estrutura única que os apresente, pois estes traços estão presentes também em outras estruturas (neuróticas) e em suas montagens relacionais possíveis. Aqui se abre campo para a definição de montagem perversa mesmo não sendo proposto que se deva prescindir da noção de estrutura. Mas, ao contrário, realizar uma discussão teórica que

embase a clínica nesse alargamento da noção de estrutura e ponto de contato mais vívido entre o estrutural e as montagens de gozo.

Por *montagem* podemos entender a reunião de partes de modo que possam funcionar e cumprir um fim utilitário. Considerando que a perversão é efeito do laço do sujeito com o Outro, onde o primeiro torna-se instrumento para o segundo (CALLIGARIS, 1986), é possível dizer que a perversão cria uma encenação específica para obter gozo, podendo ser uma situação não diretamente sexual, mas de vínculos sociais. Ocorre é que, ainda segundo Calligaris, a montagem perversa se dá numa circunstância relacional, entre dois ou mais sujeitos, não necessariamente com estruturas perversas. Sujeitos em conjunto no mesmo fantasma, numa tentativa de chegar a um modo específico de gozo.

Aulagnier (1995) aponta o laço social como definidor dos mecanismos específicos da perversão, sendo impossível defini-la apenas no campo sexual, o que se constituiria como um enfoque de cunho moralizante. Isso significa dizer que a perversão não é uma falha no desenvolvimento. Não é o negativo da neurose como se houvesse aí um jogo de pulsões primitivas e não elaboradas. O objeto parcial no fantasma é uma regra absolutamente universal. Sabemos que o neurótico não o mostra escancaradamente, mas sua vida sexual se dá porque existe voz, olhar, esperma... (CALLIGARIS, 1986). Nesse sentido, qualquer estrutura é capaz de reger-se por meio de uma solução perversa, numa montagem coletiva. Basta o mínimo de instrumentalização dos sujeitos e a conseqüente redução de possibilidade simbólica oriunda daí, para que uma relação perversa se instale. Uma passagem ao ato que convoca a lógica de identificação do sujeito ao falo, na medida em que estes emprestam seus corpos (nomes) para o gozo de outro. Ainda que na grande parte das vezes que falamos de perversão, isso nos remeta à figura do perverso sexual

produzindo uma relação de gozo particular, não é possível negar que tal situação pode se dar num contexto social. Nesse sentido, o conceito de fetiche vai ser ampliado para além da coisificação (sapatos, lingerie...) abarcando todos os cargos e bastões possíveis do poder.

Peixoto Jr. (1999), numa análise social, vai dizer que existem, portanto, formas ocultas de perversão onde o véu que recobre o falo transformado em fetiche pode adquirir forma de massa ou de grupo. Exemplificando, grupos nazistas e a própria política atual são suficientes para comprovar que, por diversas vezes, os sujeitos acreditam que suas verdades e as do outro só podem se revelar de forma mais plena por meio de esquemas perversos. Nestes casos essa parece ser uma saída para a neurose individual. No caso da perversão social, podemos pensá-la como uma tentativa de resposta à incompletude do simbólico. A perversão se constituiria num grupo pela posição do desejo neurótico, em função da qual ela erige o fetiche que é o fruto da captura do desejo de um neurótico Outrificado. Nas condições em que este funcionamento passa a se expandir num grupo e acaba por se confundir então com o próprio grupo, o que fica instaurado é um terrível deserto intersubjetivo onde só goza o aparato, que não é encarnado por nenhum sujeito: “Todos se submetem, todos se anulam e todos gozam!” (p. 274).

Mas, enfim, diante das posições levantadas até aqui, a discussão central desse capítulo passou pelas seguintes indagações: é possível isolar, de fato, a estrutura perversa? Posto que fenomenologicamente isso parece impossível. O que há, então, de similaridades e de diferenças entre montagens e estrutura? As mais diversas manifestações, desde perversões sexuais propriamente ditas até montagens perversas sociais, podem ser encontradas no espaço onde se desenvolve este trabalho, a saber, o campo da saúde mental. Foi de fato o terreno escolhido para receber as demandas, ouvi-las, escutá-las e propor intervenções possíveis. Para tanto, é preciso caminhar pelos casos que puderam ser

construídos em relação a este tema. Sobre os mesmos devemos situar que no primeiro e terceiro casos trata-se de dois usuários do serviço de saúde mental do município de Uberlândia – MG, que foram atendidos pela pesquisadora e pela equipe da instituição com projetos terapêuticos singulares. Já o segundo caso, trata-se de um paciente internado em outro nível do serviço público – Hospital Psiquiátrico para doentes perigosos – na França e que foi atendido nessa ocasião por Marie-Lauri Susini, autora do livro de onde extraímos o caso. O prosseguimento do trabalho, agora, abre passagem para a análise dos casos.

7. ANTENOR MONTA E DESMONTA

Antenor chegou ao CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência de Uberlândia/MG- serviço especializado em Saúde Mental infanto-juvenil, aos 14 anos, encaminhado pela escola, com relatórios trazendo como principais queixas, a agitação, a hiperatividade e heteroagressividade. Já na avaliação inicial, a mãe diz não estar agüentando mais os comportamentos do filho que, segundo ela, “faz tudo de errado”. A mãe também disse que estava a ponto de enlouquecer, pois Antenor desmonta e monta tudo que lhe é possível, para ver como funciona, para consertar. O garoto já apresentava problemas de comportamento quando cursava a segunda série primária. Desde os sete anos passou por vários médicos obtendo diversos diagnósticos. A mãe também relata que a agitação o acompanha desde bebê. Ele chorava muito, não brincava... “só batia as panelas e tampas que eu punha no berço dele.” (sic.)

A constituição familiar enquadra Antenor, sua irmã mais velha, o pai e a mãe. A mãe, em vários atendimentos, verbaliza sua infelicidade conjugal. Não se separa por não poder trabalhar para se sustentar e não pode trabalhar por ter que ficar por conta do filho com problemas. O pai é totalmente ausente, se retira da situação, diz não ter paciência com as atitudes do filho e defende que o destino do mesmo é a prisão. A irmã mais velha acaba fazendo eco com o discurso materno e tratando Antenor como um incapaz. Na escola, Antenor não obedece aos limites, é inquieto. Não consegue fazer as provas e chora muito, ficando completamente desestruturado em situações onde se vê só, tendo que se sustentar sem “apoio” de ninguém (pois os deveres, trabalhos e obrigações escolares são de certa forma, pagos pela mãe para outros fazerem ou, muitas vezes, feitos por ela mesma). Temos

que nos atentar para o fato de que terminar o colegial é um desejo da mãe em relação a ela mesma, pois parou os estudos na oitava série.

No que se concerne à cognição, o jovem tem uma memória invejável (decora datas de aniversário, telefones, RG's, CPF's e quase que todos os nomes de rua da lista telefônica), consegue aprender, mas não consegue aplicar o que aprende, nem em tarefas, nem em provas.

Antenor, num determinado momento – por volta dos 15 anos, intensifica seus atos e passa a destruir até mesmo as coisas dos outros (vizinhos). Ele começa então a produzir cenas que assumem uma função em sua dinâmica psíquica. São cenas onde o outro é capturado e atua em conjunto para a produção de um gozo específico. O meu objetivo agora é o de relatar algumas ocorrências oriundas da vivência clínica com este adolescente, em acompanhamento no CAPSi, e a possibilidade de trabalho que se desenhou baseada nos campos intersubjetivos que se construíram no contexto institucional .

Antenor passa a reproduzir, continuamente, cenas perversas que engendram o outro numa posição de horror, de paralisia e de um gozo extático. Considerando que a perversão é efeito do laço do sujeito com o Outro, onde o primeiro torna-se instrumento para o segundo (CALLIGARIS, 1986), é possível dizer que neste funcionamento cria-se uma encenação específica para obter gozo, podendo ser uma situação não diretamente sexual, mas de vínculos sociais. No fantasma perverso parecem existir dois lugares frente ao Outro que demanda: o de objeto, que se tornou instrumento ao apropriar-se do lugar do pai (exceção mítica da castração) e o lugar de Saber sobre o domínio do gozo do Outro, suposto ao pai. Portanto, o perverso se apresenta na transferência, ou no registro da cumplicidade, ou no do desafio (CALLIGARIS, 1986). Nesse sentido, estando o CAPSi

situado como o lugar de transferência para o paciente, é nesse lugar que as cenas serão atuadas, como efeito dos campos intersubjetivos que lá se constituíam.

Na instituição, Antenor desenvolve uma atração específica por aquilo que lhe é de certa forma, ou por algum momento, impossível. A cozinha, lugar onde é combinado que não circulam pacientes, torna-se o “objeto de seu desejo”. As oficinas de culinária, que ocorrem justamente quando a cozinha é liberada para a circulação dos pacientes, é a atividade que Antenor mais gosta, aquela em que mais deseja estar. Porém, é justamente onde grande parte das cenas acontece. Produções em atos como, ligar o gás do fogão e deixá-lo vazando em silêncio, trazer questionamentos que irritam ou paralisam o outro (como por exemplo, o que acontece se jogar álcool no fogo?), molhar colegas com água ou tinta. É evidente que essas cenas não se reproduziam apenas no CAPSi. Na vizinhança, Antenor destelhava as casas e mantinha o hábito de soltar um *pit bull*. O cachorro era extremamente bravo e, segundo relatos da mãe, “chegava a espumar para Antenor, mas não o mordida!”. É importante salientar que todas essas montagens culminavam numa descarga de excitação e num gozo nítido que era esboçado com reações do adolescente, como risos e o esfregar das mãos.

Baseando-se no que Freud teoriza sobre a perversão – de que toda organização neurótica conserva traços da sexualidade polimorfo-perversa – é possível vislumbrar a formação de parcerias perversas, onde o outro se deixa capturar como objeto fetiche no que se concerne à função do olhar. O olhar permeado de horror denuncia aquilo que a perversão busca, a saber, na falta que aparece no Outro, a sua cura momentânea.

O adolescente em questão repete, no contexto institucional, cenas onde o outro se vê desconcertado, arrebatado e assim, faz eco para a obtenção de seu gozo. Ele traz questionamentos, para as quais ele sabe as respostas, mas que têm por objetivo deixar o

interlocutor absorto, como, por exemplo, pergunta um dia para uma colega muito tímida: “fulana, o que é prostíbulo?” Ou durante uma oficina terapêutica pergunta a todos: “o que é cópula?”.

Tomando emprestado o termo extático que Ceccarelli & Couto (2004) rebuscam em Lacan, é possível entender como se monta uma cena perversa. Extático se origina do grego, *ékstasis*, que diz de uma sensação de encanto, enlevo. Atualmente a tradução para português passa a conter algo da ordem da angústia. Posto em êxtase, absorto, enlevado (Aurélio 2004). Trata-se de um estado provocado em um sujeito, quando este se vê frente a certa experiência real, ou seja, experiência de verdade tão insuportável que mantém este sujeito paralisado, fascinado diante de um ponto nodal de encontro com a alteridade. Este estado de gozo extático se relaciona com a experiência infantil de um ponto, na criança, despertado pelo Outro. Como essa vivência infantil é, em sua base, idêntica, na neurose e perversão, sustenta-se a hipótese de que o perverso é capaz de detectar o tipo de ação que produz no outro que a vê, sabendo de antemão, como se goza.

Então, como entender a dinâmica de tais ocorrências num contexto grupal-institucional de trabalho (CAPSi), onde cada sujeito está ali, presente com sua organização libidinal própria, podendo fazer conluio com a posição de expectador-fetice na cena perversa? A rotina num dispositivo de saúde mental, com equipe multidisciplinar e convivência direta com outros pacientes, abre leque para inúmeras montagens onde a perversão poderá encenar sua defesa, a saber, o desmentido.

No caso clínico em questão, existe um tipo de passagem-ao-ato, que se caracteriza pelo comportamento de desmontar, quebrar, rasgar, destruir aquilo que é do outro, na presença do mesmo, justamente para orquestrar o desdobramento daquilo que ele espera ser os próximos capítulos desta peça. Pois bem, é somente graças a esta defesa, que na

perversão, o sujeito se vê livre, momentaneamente de seu traumatismo na cena primária. Então é colocando o outro em posição de humilhado, no sentido de inferiorizado mesmo, que o fantasma da vingança assombra e divide o Outro.

Diante deste comportamento, muitas foram as indagações sobre as condutas clínicas. Num primeiro momento, as intervenções eram de retirá-lo da cena ou da oficina onde ele havia estragado algo, mesmo que isso custasse alguma força física e o esgotamento total da equipe que terminava dilacerada. Sustentar sua retirada, barrando de alguma forma o ato, desestruturava este adolescente que gritava até o limite de todos os ouvidos e se debatia até o limite de todos os braços que pudessem estar com ele. Repensando esta prática, foi possível perceber que mesmo quando este adolescente era retirado – triunfo da equipe – nada se sustentava nos momentos seguintes. Estava-se apenas criando uma demanda de eterna contenção física (lembra-se da prisão que o pai coloca como destino?), sem a produção de nenhum sentido.

Com a vivência prática e com os estudos aos quais o caso convoca, foi sendo possível compreender que sem o olhar e o horror do outro, Antenor não conseguia fazer diques para o insuportável. Nesse sentido, sugere-se que há um investimento libidinal de todos os sujeitos envolvidos na cena. Isso aponta para a direção de um fazer clínico que possa atribuir sentido ao puro Real, ao situar estas atuações pela palavra, numa ordem de troca e lei. Mas, no entanto, tais intervenções só terão sentido se a palavra-lei conseguir ocupar lugar para o grupo-instituinte.

Algumas situações foram sendo contidas, então, com um contrato assinado pelo adolescente, sua mãe e a Instituição onde o mesmo comprometeu-se a se responsabilizar pelas próprias ações. Evidentemente, há de se ter uma disposição terapêutica particular no

trabalho grupal para que um ou outro, em determinado momento não encarne a função de fazer falhar esse contrato. Pois nessa experiência, especificamente, isto aconteceu.

A partir de um contrato geral, que abarcava todas as ações e prejuízos causados por ele à instituição, este adolescente se comprometeu a pagar com sua mesada aquilo que estragasse. O objetivo nunca fora o de obter exatamente o objeto destruído, mas o de fazer tal objeto ser caro para ele. A mãe, por sua vez, se comprometeu a não pagar do seu bolso, mas agüentar o choro do filho quando este ficava sem sua mesada “sagrada”. Eis que numa dada situação, ele quebra a maçaneta de uma porta e, passando por cima do contrato geral, escreve-se outro contrato, para aquele estrago em particular, onde se especificava até o valor a ser pago. Este valor o adolescente não teria como pagar com a mesada que recebia.

Portanto, a cena da maçaneta capturou o outro como um olhar horrorizado que se torna depois enraivecido e atua fazendo falhar a palavra até então sustentada, mesmo que minimamente, no primeiro contrato. Em reunião de equipe foi proposto que pensássemos na solução possível diante daquela situação, pois estávamos perante um contrato que fazia falhar o primeiro e ainda mais: não havia meios de sustentá-lo clinicamente. Como saída, o contrato particular foi chamado a se rescindir diante do adolescente para que pudesse se sustentar algo maior... a saber, A LEI e, detalhe, para TODOS!!!! Castrar o Outro foi fundamental para o projeto clínico do caso.

O contrato geral, pensado para o caso, encarnou uma tentativa de representação, que por sua vez, supõe uma distância entre o representante e o objeto, desenhando uma relação com a falta que se engendra nesse intervalo. Trilhar o caminho insuportável de confrontação com a falta para esse paciente, estando ao seu lado, suportando seus incômodos e provocações, exige outra disposição para a escuta. Mas foi só a partir daí que se pode dar continuidade ao processo clínico de Antenor.

De certa forma, a continência pela palavra permitiu que o jovem experimentasse uma nova posição. Antenor, que não conseguia se prender a nenhuma atividade por mais de 20 minutos, começou a participar de um grupo terapêutico de jovens. Suas saídas ficaram cada vez mais escassas e ao longo de algumas semanas, ele permanecia no grupo por toda a sessão. No início, sua posição ainda era somente a de produzir perguntas que tentavam chocar o grupo, sem associações mínimas com o que se conversava. Mas o grupo, não à toa, de adolescentes com problemas de conduta, acolheu Antenor, mesmo que pontuando sua insanidade em alguns momentos. As possibilidades e impossibilidade do grupo foram combinadas em conjunto e os próprios pacientes as lembravam quando era necessário. Várias foram as vezes que pararam para conversar sobre as irritações que Antenor causava.

Todo esse investimento do grupo enlaçou Antenor numa condição de linguagem. O jovem foi nitidamente mudando sua posição na relação que estabelecia com o Outro. As perguntas de Antenor passaram a fazer sentido no conteúdo do grupo e eis que um dia Antenor parou diante de uma questão e se posicionou como sujeito implicado. A pergunta foi algo do tipo: “o que você gostaria de ter tido em sua infância e não teve?”. E Antenor, após pensar um pouco, disse: “uma festa de aniversário daquelas de salão!”. Daí em diante, o jovem passa a trazer demandas formuladas para o grupo, passa a verbalizar sobre a vontade de ter amigos. Fala de uma condição solitária e pergunta para um jovem do grupo: “quer ser meu amigo?”

Quando Antenor se sustentava pelas montagens, sua posição era sempre evasiva, quase nunca sustentava o olhar e não conseguia estabelecer um diálogo por mais de cinco minutos. Ao lhe perguntarem conteúdos sobre sua vida, as respostas eram vazias e estereotipadas. “Tô bem graças a Deus... se Deus quiser vou melhorar mais!”. O que

surpreende é o sujeito que aparece agora, com demandas formuladas onde se coloca implicado.

A mãe relata algumas mudanças, como certa obsessão com a igreja e um ritual de pagamento do dízimo para que possa se tornar um “mensageiro do ar” – nome designado pela igreja de Antenor, para os representantes de Deus na Terra. Antenor passa a apresentar uma grande admiração pelo bispo e torna-se muito importante pra ele fazer tudo que precisa ser feito para continuar sendo um “mensageiro do ar”. As montagens perversas já vinham diminuindo e, praticamente, cedem lugar para uma produção delirante. Agora, já não há dúvidas de que se está diante de uma tentativa de amarração psicótica. Antenor é claramente um sujeito implicado numa posição desejante que aparece nessa história numa interpretação delirante e começa a produzir sentido para sua vida.

Mas o elemento que baliza o caso de Antenor é sem dúvidas o gozo que se manifesta de um modo ou de outro dependendo do manejo realizado. No primeiro momento do caso, até o ponto em que o Outro é castrado na instituição de tratamento, Antenor encarna o lugar daquele que sabe sobre o gozo e o fabrica em sua manifestação extática ou paralisante nas cenas que orchestra tranferencialmente. Antenor faz fetiche do olhar transbordante do Outro que de certa forma lhe garante o gozo que lhe promove curas momentâneas.

Quando a intervenção produz um ato na tentativa de barrar o Outro que garante a produção do gozo extático, Antenor caminha para outra amarração com o Outro Gozador da psicose. Ele passa da condição de reprodutor de cenas desmentidas para a posição de alguém que tenta costurar os sentidos cifrados em seu processo clínico. Conta-nos a história de um Deus, que vive distante dali, mas que o percebe e o incumbe de missões que, se

corretamente realizadas lhe darão um lugar, um nome – Mensageiro do Ar – e um sentido para a vida.

Como o caso acaba? Ele não acaba... Apenas deixa notícias de que Antenor terminou o colegial e vai tentar fazer um curso superior de Teologia. Antenor Monta e Desmonta: do Gozo extático ao Outro Gozador, apenas possíveis formas de produção do inusitado que o Inconsciente nos permitiu.

A partir deste primeiro caso, que era a princípio o único que se almejava trazer para discussão neste trabalho, passou a insistir no campo da pesquisa um questionamento das outras tantas e possíveis formas de manifestações perversas. Quais seriam as intervenções analíticas fundáveis diante das mais variadas formas de gozo? Com o objetivo de ampliar a discussão se tenta estabelecer aqui, passar-se-á por mais dois casos que de certa forma representam emblemas de trabalhos clínicos que se fizeram possíveis.

8. FIRMIN, O INCENDIÁRIO DE PIGALLE

Este segundo caso clínico é baseado no trabalho clínico de Marie-Laure Susini (2006) num hospital especializado para doentes perigosos. A autora narra um trabalho onde foi possível agrupá-los, encontrando a estrutura comum daquilo que os une. Entre Gilles de Rais, Jack, o estripador e os assassinos lá atendidos, para além das variantes de cada caso, foi possível determinar uma identidade de estrutura sob a alcunha de “autor de crime perverso”. Deixa claro também, serem sujeitos que não eram psicóticos e que ainda assim as perícias e diagnósticos haviam lhes subtraído a responsabilidade penal.

Susini nos diz que se há criminoso aí é porque o encontro com o Outro, e mais especificamente, com o Outro sexual, a isso o força. Nesses casos existe um modo particular de relação com o mundo pautado pela lógica da repetição, onde o ato criminoso perverso é o elemento fundamental de uma potencial série. Num certo sentido há uma cena montada, um espetáculo pensado em intenção do público, também com o intuito de dividir o Outro. É possível dizer que um ato perverso não pode ser pensado sem um espectador, mas capturar o Outro no lugar de objeto, dividi-lo para a garantia do gozo, pode até ser acréscimo, porém não é a finalidade do crime perverso! Em outras palavras, o Gozo Extático produzido não é nesse caso o fim, mas um meio para conduzir a outro lugar. Sigamos a diante com um exemplo clínico para continuarmos, só depois, as análises.

Dentre os casos atendidos por Susini (2006) a figura de um incendiário serial se empresta ao exemplo do que acontece, via de regra, nos crimes perversos. Num sentido geral, a mulher é o interlocutor secreto, o parceiro verdadeiro, ao qual se dirigem muitos autores de crimes perversos. No caso do piromaniaco de Pigalle, comove-se a atenção de

maneira particular, justamente por traçar uma relação *a priori*, muito específica e diferente com a mulher.

O contexto do caso desenha-se numa região de Paris onde a noite tem cores violentamente sexuais. Néons, rostos maquiados, músicas típicas, vestimentas sensuais, ofertas de corpos para todos os fins e os chamados hotéis para solteiros, dos quais o Pigalle é um exemplar. O incendiário anda por lá. E numa dessas noites recebe uma convocação desconcertante: “Vem, querido!” Uma das prostitutas da rua lhe chama. Ele passa por ela sem comoção aparente, entra no hotel e lá se hospeda. Algumas horas depois de sua entrada, sai, entrega a chave na recepção e atrás dele, vem a fumaça. O fogo consome o hotel.

Ocorre é que nas investigações o recepcionista indica um forte suspeito. Relata a entrada no hotel de um homem que o olhou fixamente, não teve pressa, não escondeu o rosto e fez questão de lhe mostrar documentos. O investigador chega a duvidar que este fosse o culpado, pois “ninguém seria tão imbecil”. Levou as informações para a investigação rotineira, mas sem muito crédito com a improvável hipótese. No entanto constatou que o nome – Firmin – inscrito na recepção do hotel estava fichado: preso por cinco vezes como autor de incêndios voluntários. Pediu a ficha policial: Firmin, contador, 35 anos. O roteiro era sempre o mesmo, os incêndios ocorriam de noite, pelos lados da área de Pigalle, num desses hotéis aonde vão os clientes das prostitutas dos bairros. O repertório da polícia também trazia outras detenções mais antigas, delitos da juventude, desvios de dinheiro nas empresas onde trabalhou de contador.

O investigador saiu para detê-lo. Procurou por entre as ruas de perto do hotel com uma foto. Algumas prostitutas o reconheceram e o descreveram como um cliente maluco que pagava champanhe para todas, distribuía dinheiro e ficava extremamente

irritado se recusassem seus presentes. O inspetor foi também ao endereço de Firmin, onde se surpreendeu novamente com a reação dos pais. A mãe atendeu a porta e, ao identificar o policial, respondeu: “ele fez besteiras de novo!”. O pai diz que nunca o entendeu. Relata que o filho ainda jovem roubou o patrão que confiava nele para gastar o dinheiro com putas e termina sua fala alertando: “Agora os incêndios. Vai acabar matando alguém!”. A mãe associa o comportamento do filho ao episódio de tifo que teve aos seis anos: “Ele ficou como carvão, morto, e por milagre ressuscitou.

Ao ir embora, sem o êxito de encontrar Firmin em casa, o investigador tem outra surpresa ao voltar para o distrito policial: o meliante o esperava lá. Confessou o crime. Desta vez foi a julgamento e preso. Considerado inimputável. Alguns anos mais tarde, foi internado no hospital psiquiátrico onde Susini o encontrou e o atendeu.

Após muito tempo de acompanhamento a autora pôde reconstruir a cena que se passou dentro do quarto, antes do incêndio. Uma cena que é sempre da ordem do ritual sexual, da fabricação secreta do gozo íntimo. Com a narrativa, onde Firmin, de alguma forma mantinha o espetáculo, foi possível saber que antes de botar fogo em tudo, ele espalhou revistas pornográficas sobre a cama e produziu excrementos ofertados à solicitação sexual, “vem querido!”, na emergência da pulsão. Responder à solicitação de uma mulher conformaria nosso protagonista numa condição temporal circunscrita pela lógica sexual medíocre do prazer-desprazer. Era preciso, mais do que depressa, fabricar um fetiche que lhe turvasse as vistas diante do Gozo fálico que se colocava ali ao seu alcance. Na perversão qualquer *quantum* de gozo perdido é tomado como perda de tempo. (HELSINGER, 2004).

Ele também ficou na cena quando o fogo consumia o hotel. Esteve na esquina olhando a excitação das pessoas, mas ninguém o viu e ele pôde, mais uma vez, ir. Firmin

também consegue dizer que, para seu grande pesar, não conseguiu matar tanto quanto seria desejado. Não por crueldade, mas por refinamento estético da cena: “*É mais bonito, se há mortos, gente se jogando pela janela.*” (In: SUSINI, 2006 p. 69). Na verdade, a aparente imbecilidade de permanecer presente na cena do crime é algo que parece indicar para mais, muito mais que um retardo ou coisa do tipo. *Imbecil* é o significante neuroticamente situado para caracterizar Firmin. Porém, como já foi dito antes, o lugar-fim de toda a cena perversa é outro.

Ainda segundo Susini (2006) o ato criminoso perverso, o drama perverso, como no teatro, comporta quatro atos principais. O crime, em si, é o primeiro e situa-se na ordem da transgressão e do segredo. É o dia-a-dia da perversão que se situa na comprovação constante de que palavras e pensamentos não servem para nada. Firmin se expressa apenas pela ação e faz dela sua mais constante amarração subsidiando o princípio de que do gozo, sempre há mais, sua Goz-ação. A fabricação do fetiche, sobre o qual o perverso detém as engrenagens, é realizada no espaço íntimo e solitário do encontro com o Outro sexual. É uma resposta particular, diferentemente da montagem perversa, onde a fabricação do fetiche é da ordem da solidariedade. Com Firmin não há ninguém solidário... Nem mesmo para denunciá-lo. Essa posição de nulo, insuportável, traz consigo a ordem do segundo ato: a autodenúncia, mesmo que não seja tão direta. Para dizer sobre a relação que o perverso estabelece como o gozo, Nasio (*apud* HELSINGER, 2004) coloca que dos três tipos clínicos (neurose, psicose e perversão) o perverso é aquele que está mais falsamente próximo ao gozo, aquele que imita o gesto de gozar. Isso, desenho de uma cura momentânea, de certa maneira é o que abre canal para que falte a falta, ou mais precisamente a angústia. O autor do crime perverso vai até a delegacia, deixa indícios, se manifesta como testemunha, não pára enquanto não o prendem. Seja como for, assim,

somente assim, ele parece sair do anonimato angustiante que lhe sufoca por detrás do simulacro Goza-ação.

O julgamento, o contato com o público, que por sua vez encarna a vítima, marca a presença do autor perverso, sendo este seu terceiro passo. É o acréscimo da peça, onde ele captura o público, o divide, faz-se instrumento do gozo do Outro como também faz deste o cúmplice. Aí, bem aí, vê-se a montagem, a captura do olhar-fetiche do espectador, na produção conjunta de outro tipo de gozo já conhecido por nós: o Gozo extático. Não parece haver nada, nesse ato do teatro, que marque diferença com a montagem forjada por outras estruturas.

Mas o quarto e último ato mostra a finalidade de toda encenação: a condenação. Geralmente vemos casos como o de Firmin acabar aqui, no exato momento onde o auge da encenação é alcançado. Nessa cena o neurótico vai à forra! Bane-se a perversão e depois se passa anos tentando decifrar o sentido “profundo” dos atos cometidos por este ou aquele monstro. Todavia, a condenação é para estes casos a única forma de amarração temporal possível de se forjar. Uma tentativa de laço, mesmo que se situe na dinâmica pulsional sado-masoquista onde a agressão passa a ser a última forma de apelo e na experimentação da culpa retorna a agressão contra o próprio ser.

Enquanto tanto Gozo se esparrama: Goza-ação, Gozo extático, Gozo do Outro, seria possível propor algo que não fosse enclausurá-los no manicômio judicial? Nesse ponto toda probabilidade de trabalho clínico parece se encerrar. A crítica que constrói-se aqui não tem absolutamente nada de autêntico. Por anos a clínica das psicoses se propôs sustentar que havia a verdade de um sujeito no delírio. Em extensão, pergunta-se: Que verdade pode haver no gozo? Como um analista pode se situar diante de casos como esse

que ainda continuam aprisionados na díade “crime e castigo”? Ficam estes questionamentos para uma discussão que será retomada adiante, após a apresentação do último caso.

9. O TERCEIRO FOI AQUELE PARA QUEM SE DEU A MÃO

Trata-se de outro adolescente (a quem chamarei Donatien) que também chegou num contexto de atendimento público – CAPSi – aos dezesseis anos de idade, trazido pela mãe (a quem chamarei Inês). Quando Donatien chegou ao tratamento, a queixa, o incômodo e a angústia, eram da família. Nada se apresentava dele não aparentando haver angústia diante dos fatos que se sucediam.

Segundo relatos da mãe, foi um bebê doente. Já nos primeiros meses tinha crises de falta de ar terríveis: “Ficava pretinho e desfalecia... era preciso fazer a boca-boca”.— conta Inês. Algum tempo depois foi identificada a causa: uma condição crônica de funcionamento insuficiente de uma glândula. Ainda segundo a narração da história em prontuário, foi uma criança “normal”, porém, mais lento que a maioria. Estudava, tirava boas notas e era muito “grudado” na mãe: “Por volta dos oito anos ele ia até minha cama, pela manhã, todos os dias, me chamar para que eu fosse para a cama dele, acordar com ele”. De acordo com Inês, ela sempre disse sim a tais pedidos e os dois se tornavam cada vez mais “grudados”.

Ainda por volta desta idade, Donatien vivenciou a separação de seus pais. O pai foi embora de casa e da vida do garoto. A mãe diz, num ar acusatório, que por vezes, Donatien ficava no portão de casa esperando pelo pai. Essa posição lhe possibilitava ver o pai indo para sua nova residência quando voltava do trabalho e o menino, então, testemunhava diariamente essa ida. Por muito tempo, quando isso acontecia, Donatien entrava enraivecido, chutando o portão e tudo o que via pela frente. Mas, recusava o que os olhos testemunhavam, indo para o portão, de novo e de novo e de novo...

Aos doze anos de Donatien, a escola chamou a mãe. Perguntaram se ela estava dando dinheiro todos os dias ao garoto, pois o mesmo vinha comprando lanche

freqüentemente (o que não era comum) e pagando para colegas. A mãe então passou a observar e constatou que seu dinheiro vinha sumindo... da bolsa, da carteira, etc. Disse que conversou com o filho. Os furtos pararam por um tempo e logo... Um problema maior: Donatien passa-se pelo irmão e usando seu cartão de crédito faz uma grande compra (tênis, roupas e um celular novo). Para Donatien, nesse momento, era preciso lidar com a mensagem desnorteante de ver a mãe como um falo decadente, abandonado. Para dar conta desse incidente ele passa a fabricar condutas desafiadoras da lei, passagens ao ato, simulações, mentiras, identidades falsas e tudo mais que simule um véu encobridor desta falta que insiste em se escancarar.

Os problemas menores continuam, no dia-a-dia, coisas somem, dívidas são contraídas e pagas pela mãe. Aqui o caso já aponta para uma montagem curiosa. Inês barra todas as conseqüências que podem chegar até o filho por causa de seus atos. Mas, isso não evita que as brigas dentro de casa, entre ela e o filho, tornem-se crescentes. Numa tarde, aos 15 anos, Donatien forja seu seqüestro. Passa um dia sumido, deixando-se encontrar pela família já tarde da noite. Ao contar o que ocorreu para a mãe, o garoto relata: “Fui seqüestrado por um homem mais velho, que tinha um carro e cavanhaque. Ele me obrigou e eu transei com ele”. Inês ao relatar este acontecimento em sessão é indagada sobre quando isso acontecera e nesse instante faz um ato falho, respondendo: “Foi quando ele era pequeno, tinha uns quinze anos... foi em 1986!” diz Inês. Pelas contas, ela fala de um tempo em que Donatien ainda não existia. Fala francamente de uma condição de desejo remetida para bem antes da existência do filho.

Voltando ao relato do seqüestro, ela continua contando que o filho, dias depois, após realizar toda a *via crucis* comum para tais acontecimentos (IML, delegacia, etc.) desmente o crime. Diz não ter sido seqüestrado e que sumiu com o homem porque quis,

assim como quando transaram. Assume que é homossexual e começa a namorar um rapaz que frequenta um centro de umbanda que por acréscimo assusta toda a família e lhe dá a sensação de algum poder. Donatien chega a relatar abertamente que as pessoas têm medo dele porque ele realiza trabalhos de macumba contra quem lhe contraria.

Donatien chega aos dezesseis anos ao serviço numa condição crítica: a convivência em casa tornara-se insuportável tanto com o irmão mais velho (mudo e surdo) quanto com a mãe. Chega a comentar em sessão que tinha vontade de matar o irmão. Não se angustia aparentemente, está em atendimento por obrigação. Queiroz (2004), vai dizer sobre a demanda na perversão que ela pode se apresentar ao menos de três formas: ou sob a forma desmentida, ou fazendo gancho com um sintoma neurótico, ou ainda, por meio de uma queixa de outro (o incomodado). As sessões tornam-se, segundo a profissional que o acompanhava nessa época, espaço para que ele mostre como detém a arte de gozar e o quanto sabe sobre o que se quer. São relatos maçantes sobre sua sexualidade, sobre o exercício da mesma. Ele narra com detalhes sobre como marca encontros pela internet com meninos e como “transa” muito. Narra situações onde se vê no fim das noites, estrupiado, currado e cagado, e de como chega em casa, nesse estado, para que a mãe lhe dê banho.

O rapaz e sua mãe brigam o tempo todo. Ele solicita liberdade, diz querer cuidar da própria vida. Quer morar sozinho. Pede isso o tempo todo. Tem um grupo de amigos que a família não aceita. Quanto mais problemas com a família, mais se envolve com outras amigas, mulheres de vida dupla (mães/traficantes). Nesse momento em que o caso chega para atendimento, Donatien quase não vai para casa mais. Some por dias, se mantendo incomunicável. Deixa sempre o celular desligado, pois não quer ser encontrado, mas ainda assim, leva consigo os dois ou três aparelhos que possui. Depois some também do tratamento.

Há um movimento que sempre acompanhou esse garoto: o pêndulo. Morre, não morre quando bebê. Vai à escola, sai da escola, volta para escola, sai de novo. Frequenta o CAPSi, some do CAPSi, retorna ao acompanhamento. Começa cursos diversos e os abandona, depois procura novos cursos.

Numa dessas idas e vindas ao tratamento, passo a acompanhar Donatien. Ele volta por conta própria. Liga para o CAPSi, marca um horário, queixa-se de dores no corpo e de medo de estar doente. Donatien, apresenta-se diferente. Ele está angustiado: mas essa angústia é preciso vê-la e não ouvi-la apenas. Grande parte das coisas se manifesta no corpo do rapaz. Uma espécie de sensibilidade ansiosa toma conta da cena. Queiroz (2004) aponta para o fato de que na dinâmica discursiva da perversão não há o estancamento necessário da palavra seguinte de uma cadeia, com o intuito de evitar um deslizamento sem fim. O discurso deste paciente, quando desta vez ele se mostra, caracteriza-se por significantes que mais denotam do que conotam e por frases quebradas, marcadas por mudanças abruptas de construção que serviam apenas para descrever cenas e fatos.

A mudança na posição do paciente deve-se a uma desmontagem do aparelho de gozo que era, até então, a sustentação do que vinha sendo descrito até ali. Donatien fugia e desafiava a família que, geralmente, era capturada na posição de espectadores, de olhares-fetiches nutrientes da montagem perversa. A atitude familiar era a de sempre correr atrás dele. Procurá-lo, implorar por notícias e por bons comportamentos. A angústia assim era colocada de maneira unilateral. Mas Inês também experimentava seu *quantum* de gozo tanto quando levava notícias do filho rebelde aos outros da família como quando recebia e cuidava do filho “arrebentado” que chegava das madrugadas. Seu corpo e excrementos, nesse momento, obtinham toda a potência de algo produzido para presentear um grande Outro gozador de seus fracassos.

Se olharmos para a cena que se desenha há, sem sombra de dúvidas, um registro de cumplicidade que se alterna com o duelo posto. Donatien diz não precisar de ninguém, some da família e incorre em atos transgressivos na tentativa de se livrar de sua angústia, jogando-a no outro sempre. Acontece que não há outro, não se trata de relação familiar. O que há é um Outro espectador, encarnado pela mãe nesse primeiro ato que, dividido, garante o gozo extático do rapaz. Um Outro-Mamãe que Donatien espera preencher e que também goza quando perpetua a cena em sua família de origem dividindo os demais familiares.

Inês, sob a alcunha de realizar o desejo do filho, num determinado momento, resolve ir embora. Ela então se muda com o namorado para outra cidade com objetivo explícito de deixar o filho livre, mas num nível concreto paga pra ver se é ou não a única que lhe basta: ela paga o aluguel da casa que deixa para Donatien morar e encomenda um mês de comida num restaurante perto da casa do filho.

Acontece que Donatien, nesse momento, se queixa, nos atendimentos, de um sentimento de vazio por estar sendo “deserdado” pela família. “Ninguém mais vem atrás de mim”, diz o rapaz numa sessão onde quase não consegue falar. Respira fundo, parece afogado. Fala de maneira crescentemente vagarosa até me capturar numa sensação de lentidão tão intensa que as cenas parecem congeladas. Admite que haja gozo quando lhe procuram, ao conseguir então construir uma resposta ao questionamento que lhe faço a respeito dessa fuga incessante da família. Pergunto a Donatien: “Mesmo não querendo que te encontrem você quer que eles te encontrem?” A resposta do rapaz é um riso seguido da frase: “Gosto que corram atrás de mim!”

Nos atendimentos que se seguem o paciente fala de projetos, mas os mesmos aparecem em enxurrada: poderia fazer faculdade de artes, cinema, jornalismo, comunicação

social, relações públicas, etc.. Diz que precisa de trabalho, para bancar duas coisas: a primeira delas é que quer fazer sua festa de aniversário, do seu jeito, sem precisar da mãe. Reclama que se a mãe for pagar vai querer fazer do jeito dela e assim ele não vai querer. Em segundo lugar, diz também precisar de “grana” para uma “passagem”, uma espécie e transmutação espiritual, que realizará no fim do ano. Ele faz suspense durante três sessões sobre essa tal passagem, mas consegue dizer que tem haver com uma viagem para a praia que precisa fazer. Continua explicando que é uma passagem associada à religião que freqüenta. Fala de uma espécie de ritual onde vestirá roupas específicas e cumprirá algumas tarefas.

Donatien me parece sem chão, chega para os atendimentos sempre com o corpo descuidado, não se alimenta direito, não dorme bem, fica sempre nas baladas, “embalado”! Não traz maiores questionamentos, apenas algumas frases soltas que tentam dissimular a angústia que por ora experimenta. Fala de sua sexualidade: “Não sei se fico como estou ou se tenho um filho”. Ao conversarmos sobre esse elemento que Donatien traz para a sessão (o de ter um filho) ele acha que ter alguém dependente dele talvez o pudesse fazer uma pessoa melhor.

Some novamente do tratamento. Mais uma vez, fica incomunicável. Ao tentar encontrá-lo nos telefones de contato isso não se faz possível. Retorna, três meses depois, egresso de uma internação psiquiátrica: tentou suicídio na semana do seu aniversário. Essa produção em ato é justamente o passo que sucede a formação de sentido que Donatien ensaiava fazer quando deixou de freqüentar os atendimentos dessa ultima vez: “Um filho pode tornar alguém melhor?” Para tentar responder a isso Donatien traz sua mãe de volta a cena.

Na volta ao CAPSi, Donatien ainda mantém muita dificuldade em falar sobre o que aconteceu, apenas os atos são narrados com detalhes. Estava sozinho em casa. A mãe já estava morando em outra cidade fazia um mês. A tentativa de auto-extermínio esclarece, no atendimento, dois pontos fundamentais: a mãe precisou ser trazida para passar o aniversário junto com ele, o mesmo aniversário que há meses atrás Donatien desejava realizar por conta própria, sem a participação de Inês. Nesse momento, entendeu-se que a montagem de gozo que se repetia mortiferamente no caso só poderia ser de fato elucidada se a mãe fosse trazida efetivamente para o atendimento. O segundo ponto é que o jogo fantasmático parecia aprisionar Donatien numa posição feminina que encarnaria a função de se colocar como um corpo a ser currado para deleite de um Outro tirano.

Portanto, em paralelo ao trabalho analítico desse rapaz, também é realizada escuta à mãe por outro profissional da instituição. A demanda que vem de Inês, disfarçada de culpa é, na verdade, um por à prova a incapacidade do filho. As questões “Será que sou uma boa mãe? Eu o abandonei?” logo dão lugar à busca incessante de reconstruir a montagem perversa que os mantinha no jogo pendular entre o estar grudado e o ser deserdado.

Inês, após tantas sessões se esquivando de sua própria história, refugiada nas reclamações incessantes a respeito do filho, um dia conta à analista sobre a posição que sempre houvera sido colocada na vida: um instrumento usado a favor do gozo do Outro. Sua vida sempre foi decidida por combinações feitas à sua revelia. O casamento com o pai de Donatien foi assim. Inês já com um filho pequeno, de outro homem, se submeteu a uma união que lhe desse um pai para seu primeiro filho e uma boa concordata financeira para seu pai. Esse preço foi pago, durante toda sua vida, mas a alternância entre as posições masoquista e sádica não tardaria em vir.

Então, agora, a posição de Donatien se clarifica: as mensagens de ódio ao irmão são mensagens odiosas a uma condição estabelecida em antes de sua existência que marcam fortemente o seu destino como o resto de uma negociação realizada pelas gerações anteriores. A confusão em relação à sexualidade reflete a posição feminina que lhe é imposta como único lugar de existência para o Outro, não se tratando assim de uma escolha. Continuar sendo homossexual ou ter um filho é o dilema que traduzido significa: perpetuar o laço sado-masoquista que há três gerações se repete na família ou esgotar esse padrão perverso sendo ele mesmo aquele que abdicará em martírio, a posição de tirano que poderia ocupar com a existência de um filho.

A sustentação analítica nesse caso apontou para a construção de sentidos das experiências e a produção do que podemos chamar de Atos Analíticos. A postura interpretativa clássica não produziu efeitos mesmo nas poucas vezes em que insistiu em ocorrer. Foi preciso um giro na posição para intervir de um lugar que considerou a fala em ato e as amarrações fantasmáticas e gozosas atuadas por este paciente. Nos atendimentos o analista acaba por emprestar-se à construção de cifras possíveis para outras formas de se estar na vida. Oferecer escuta, acolher a angústia e oferecer algumas poucas palavras para esse rapaz sustentou a circulação mínima de algumas “protoescolhas” que ele pode então ensaiar e que não se hesitou em sustentar.

Eis que um dia ele diz: “Jornalismo! Quero voltar a estudar para fazer jornalismo.” Então, na outra semana, Donatien vai a uma escola e presta um exame para adquirir uma bolsa de estudos. Faço um convite: para que realizássemos em parceria, uma oficina terapêutica com outros pacientes do CAPSi, com o intuito de formular, escrever e editar um jornal, um informativo sobre nossa unidade. Ele aceita. Diz gostar de escrever e completa

“Eu preciso rever as regras de redação”. Então, na próxima sessão eu levo aquilo que Donatien pediu: as regras de redação.

O curioso é o sentimento transferencial que me atravessa e invade o campo nesse momento: os atendimentos de filho e mãe se conectam por meio das supervisões conjuntas e discussões clínicas do caso. Há um campo de interseção que me faz experimentar o que é vivenciado pela outra dupla (mãe e sua terapeuta). Na tentativa de fazer oposição à demanda da mãe: “Donatien é incapaz e não confiável”... passo a esperar demais dele, a fazer muitas ofertas e, quando percebo, estou dando o tom do atendimento.

Felizmente as supervisões propiciaram a análise desse movimento intertransferencial. Encontrá-lo nesse percurso foi de extrema importância, pois os atendimentos de Donatien e de sua mãe, juntamente com as supervisões e discussões clínicas que faziam integrar os dois processos, revelou um dispositivo de rede que estava fazendo operar o Simbólico neste caso.

Porém, de fato, havia algo que até então não ocorrera. Donatien começa a apresentar, nas últimas sessões que precedem esse estudo de caso, questionamentos sobre porque é tão agressivo e também se marca aí uma mudança na linguagem. Seu discurso, antes truncado, com cortes abruptos e ávidos de sentido, apresenta-se agora em outra modelagem: frases inteiras, com conectivos, contam uma história. A história do seu fim de semana, por exemplo. Donatien se apresenta num estado de vinculação terapêutica por demais interessante. Começa a trazer várias questões de sua própria vida.

É retomada a nossa combinação sobre a oficina do Jornal CAPSi e ele aceita começar tal projeto. Ele ainda lança mão de tentativas de reconstrução do aparelho de gozo onde ele e sua mãe dançam ao som do paradoxo “grudado e deserdado”! Porém, a clínica, neste caso, foi me convocando a ocupar um lugar muito específico: o lugar de circunscrever

o Gozo perverso que aí se desenhava, barrando o *quantum* mortífero do mesmo e fazendo tratos ou combinações possíveis com as montagens que não deixam de insistir. A oficina de jornal foi apenas uma das inúmeras possibilidades que ainda podem ser con-tratadas nesse processo. Entretanto, tal proposta clínica inaugurou um campo de trabalho com este rapaz que, quase morto pelo gozo, pôde estender a mão e bancar um trato com o outro, ou um trato para seu gozo.

10. OS TRATOS PARA O GOZO NA CLÍNICA DOS POSSÍVEIS

Então, estão postos três casos, sendo que o primeiro diz respeito a um adolescente, acompanhado numa instituição de saúde mental, que reproduz continuamente cenas perversas que engendram o outro numa posição de horror, de paralisia e de um gozo extático. Este tipo de gozo mantém o espectador da cena paralisado, fascinado diante de um ponto nodal de encontro com a alteridade. Nessas montagens perversas do caso em questão, Antenor orchestra passagens-ao-ato, onde o outro é capturado como olhar-fetiche.

Essas cenas atuadas repetidas vezes pelo paciente mantinham-se no lugar de uma defesa contra a queda na psicose, que só em outro momento de seu acompanhamento pôde ser constatada. Foi possível perceber que a montagem perversa cedia lugar, quando diminuída a frequência de atuações, ao delírio, nesse paciente. Um desdobramento feito por Lacan sobre a teorização do fetiche em *A Direção da Cura, 1953*, aponta que tal elemento, ao proteger o sujeito da angústia frente à castração, pode ser aproximado do objeto transicional winnicottiano no que ele não responde a nenhum caráter imperioso necessário, situando-se para além da demanda de satisfação. Isso permitirá a Lacan elaborar, em 1960, um enunciado que não toca apenas à sexualidade perversa, mas também à questão da perversão social. Ele sustenta que a perversão acrescenta aí uma recuperação do falo, que só pareceria original se esse não interessasse ao Outro enquanto tal de maneira muito particular. Somente tal fórmula do fantasma permite evidenciar que o sujeito, aqui, se faz o instrumento do gozo do Outro. (PEIXOTO JR., 1999).

Assim, é possível sustentar que na montagem perversa o outro se vê capturado no gozo extático porque foi dividido pela atuação, foi-lhe subtraído algo, mas ao mesmo tempo, se situa no lugar de alguém que garante a construção coletiva do fetiche, do olhar-

fetichismo. A função da montagem perversa parece apontar para uma garantia de gozo e, no caso em questão, para a proteção diante da emergência da angústia da fragmentação de si. É preciso que haja um garantidor para que o elemento fetiche seja construído. Entre as diversas faces que o Outro pode assumir na perversão, essa seria então a do Outro-Garantidor.

No segundo caso clínico de Firmin, o incendiário, o drama ocorrido diante de nós não é outro senão a própria vida do autor, escrita e representada por ele. A lógica da repetição marca o ritmo de um íntimo ordenamento que sustenta o drama do início ao fim, onde a condenação orienta seu desfecho. Na repetição perversa há uma revelação: a da complexa construção humana que do traumático faz gozo.

Nesse caso da transgressão aqui, parece haver a fantasia da execução, da condenação e, de alguma forma, do sacrifício. A alquimia do fetiche, a transformação de um objeto ordinário em objeto fálico, custa o preço de uma vida. Forjá-lo continuamente, por anos, é considerado pelo perverso, uma maldição, mas, de certa forma, parece ser o que lhe dá uma possibilidade de saída. Como diz Clauvrel:

Se esse olhar da mãe tem tal importância para o perverso, é porque esse olhar é igualmente aquele que soube ver algo além da ilusão que seu próprio filho lhe propôs; é porque é também aquele que tem uma referência ao lado do pai, aquele que, portanto, não está inteiramente perdido, aquele através do qual, se encontra uma relação com a lei, aquele que interessa seduzir porque está suficientemente ancorado numa base familiar e social para que o desafio de se desligar dele, de pervertê-lo (...) conserve todo o seu valor. (CLAUVREL, 1990, p.129).

Então, a cortina se fecha, o espetáculo chega ao fim. Há a condenação, em muitas vezes com o corpo dividido no real. Não como o autor teria desejado, sob o olhar do próprio pai, mas sob o olhar de um juiz, um procurador, ou qualquer outro. (SUSINI,

2006). Alguém que encarne a função reservada ao Outro nesses casos, a de um Outro - Pai. O terceiro termo paterno no triângulo e, no fim, o único capaz de libertar o perverso do seu lugar fusionado ao falo imaginário. A situação aqui é paradoxal, na perversão, emblema de um gozo feroz, há também a vítima de um obscuro dever. Ao reivindicar uma liberdade sem corte está, ao mesmo tempo, sendo fadado a uma lei de ferro. É refém da força pulsional, mas também se mantém cativo da sede de ser punido, onde ainda encontra o Outro. Assim, a recidiva, ou a repetição explica-se pela imposição pulsional, porém não só por ela: “É também resposta ao imperativo que comanda a voltar, inscrever-se numa lei que se confunde com Código Penal e pena capital”. (SUSINI, 2006, p.230). Nas perversões temos como identidade estrutural a busca da redenção em que o sujeito visa livrar-se do peso solitário de ser uma fábrica de fetiches e tenta, ao menos uma vez, fabricar o pai, o Outro – Pai, na encarnação primordial do Super-eu.

O terceiro caso, do garoto Donatien, narra uma montagem também atuada no sentido de constituição de um laço sado-masoquista em que o jovem e sua mãe perpetuam um padrão intergeracional de funcionamento psíquico pautado na alternância de duas posições: fálica e castrada. Um rapaz colocado como um resto de um acordo perverso que na atuação desse fantasma desloca o significante puro, esvaziado de sujeito. Assim, o deslocamento metonímico é o objeto e coincide com o ponto onde pode haver um sujeito, mas ainda não há. Pode-se pensar mais ampliadamente que a transgressão repetida, em atos seriais e formas ocultas de perversões sociais, é a insistência dessa possibilidade – de haver sujeito – lá onde só há objeto-escravo marcado em seu desejo por uma mulher-medusa, figura desnorteante que investe em seu filho um olhar que o inscreve e, ao mesmo tempo, o paralisa numa espécie de espera.

Com tudo que se produziu até aqui, seria agora, possível responder ao questionamento referenciado anteriormente entre montagem e estrutura perversas e a clínica possível para tais circunstâncias, mais precisamente no campo da saúde mental. A montagem ou a estrutura são os balizadores de uma questão que ordena grande polêmica. Segundo Peixoto Jr. (1999), desde 1966 já ficara claro que a delimitação da noção de estrutura não ajudava muito na clínica das chamadas perversões sexuais. As críticas à noção de estrutura ou à desconsideração dela são as mais variadas. Evidentemente, marcar a posição da perversão no âmbito social é um desafio para se situar a psicanálise num campo que ela não pode mais negar se quiser manter uma posição ética e engajada para contribuir com o futuro da humanidade.

Para responder momentaneamente à tentativa de marcar uma diferença entre estrutura e montagem que dê subsídios para pensar a clínica, uma coisa é possível sustentar mais firmemente: ao questionamento de como abordar cada um desses pacientes, se como psicóticos, perversos ou neuróticos, o posicionamento após tal pesquisa ergue uma só posição, abordamo-los como sujeitos, pois de tudo que se discutiu até aqui, não se tratou nem de montagem, nem de estrutura, mas de uma Outra Coisa.

A experiência clínica com tais casos no campo da saúde mental apontou que se tratavam sumariamente de amarrações gozozas que careciam de circunscrições mínimas e sustentações de sentidos construídos a partir daí. Sabe-se que há diversas formas de arranjo para o Gozo numa gradação que vai desde um Gozo mortífero, que deve ser combatido articuladamente, até a fabricação dos possíveis que aí podem se dar.

Na retidão da pulsão de morte, são dadas voltas, laços, nós, emaranhados que marcam e traçam o tempo como um dos elementos da constituição subjetiva. É preciso ir ao

campo do Outro para que este estabeleça traçados, discursos, ritmos, tempos e velocidades que fundam temporalmente o sujeito. (HELSINGER, 2004).

Há uma condição presente na perversão que é a tentativa de negação da castração e assim também da temporalidade que é uma dimensão marcadora de diferenças e heterogeneidades. Nesse sentido, a articulação possível está centrada apenas em uma via, a do Gozo. Nas manifestações perversas esse gozo é acima de tudo balizado pelo desafio às ultrapassagens temporais. Helsinger (2004) enfoca, como ponto de partida no cenário perverso, uma expressão peculiar que enlaçaria todas as demais temporalidades situando-as então como *A-Temporalidade*. Algo que define a noção de um tempo próprio, único da perversão, mas que também toca à idéia de exterioridade ao tempo.

Dessa maneira, é possível compreender a atração e, ao mesmo tempo, o horror que as promessas de completude e certeza de gozo ofertadas pela perversão podem gerar. As promessas são de êxtases por meio de montagens que desafiam a suportabilidade temporal e corporal do sujeito de se defrontar e permanecer ante ao horror até implodir em pura pulsão de morte. Esse gozo perverso seria um estado de limite onde o corpo é posto à prova. Portanto, para tais amarrações há uma disposição clínica particular.

Segundo, Guerra (2008) o exercício intelectual lacaniano, a partir de 1966, aponta para uma oposição entre sujeito do significante e sujeito do gozo que se faz essencial de ser compreendida no domínio da clínica. Se por um lado o sujeito do significante funciona frente a uma clínica orientada pelo significante, por outro, o sujeito do gozo trabalha instaurando um circuito de repetição que não é tocado pelo significante e exige uma clínica em ato, produtora de um aprendizado de como lidar com o inalisável do ser que a estrutura não recobre.

Assim, essa segunda clínica lacaniana possibilita a interface entre psicanálise, o campo da saúde mental e a clínica psicossocial, ou a clínica que aqui se chama de clínica do *Sócius*, ou dos sócios, num duplo sentido que versa sobre o debruçar-se no social, na ecologia que circunda o sujeito e, também no sentido de propor uma sociedade no lugar da cumplicidade pedida pela perversão.

Nos casos atendidos no CAPSi, um elemento marcou as intervenções que puderam ser entendidas como efetivas *a posteriori*.: a formação de redes de sustentação de conseqüências. Tanto para Antenor, quanto para Donatien, foram relevantes as redes construídas para emprestar conseqüências aos seus atos. Fundar e sustentar tais redes passa a ser a função do analista nesses casos. Um dispositivo que além de transformar a realidade do paciente, ajuda o próprio analista a dar conta da enfadonha seriação das perversões (sejam elas montagens ou estruturas).

A idéia de não se contar mais com uma delimitação precisa entre as estruturas clínicas remove a clínica de sua condição historicamente marcada para o atendimento de neuróticos em consultórios apenas e inaugura o trabalho possível diante de outras formações psíquicas:

Não se trata mais de definir a estrutura em questão, mesmo que isso, em alguns casos seja possível. Trata-se mais de saber como cada sujeito dá conta daquilo que para ele ficou foracluído, qual a solução estabilizadora encontrada e o modo de gozo proveniente dela. Esta maneira de apreensão está mais ligada à modalidade do ser daquele sujeito do que a um modo de ser mais universal. (MACHADO, 2003, p.118)

A clínica, nesse sentido, é uma espécie de clínica dos possíveis, ou seja, das formações possíveis que cada sujeito pode criar. Essa concepção redefine a posição do analista como muito mais responsivo do que interpretativo, mais construtivo e menos

decifrador, pois se trata antes de tudo, não da forma do laço, mais em fazer operar o aparelho de laço.

O campo da saúde mental engendra a difícil tarefa de conjugação da clínica na realidade institucional e no contexto público. Os casos Antenor e Donatien foram casos atendidos nesse contexto, no bojo da Reforma Psiquiátrica e amparados pela idéia clínica de que o possível de cada sujeito é a única produção em questão. O caso de Firmin foi trazido como a contraposição às possibilidades de atuação baseadas nos descritores acima, se encerrando no limbo entre o crime e o castigo mortífero do perverso saber diagnóstico. Não que se despreze o castigo legal destinado a cada um que possa vir a incendiar um semelhante, ou cometer algo que atente contra o *sócius*. A questão é mais complexa do que a condenação ou livramento legal, mas é sobre a clínica que às vezes não se chega aos Firmins por se supor que nesses casos NADA HÁ DE POSSIBILIDADE.

Assim, uma consideração importante, oriunda desse trabalho, é a de que a encenação perversa tem uma finalidade defensiva contra a angústia de castração e, justamente por isso, ela é acessível ao trabalho clínico. Antenor e Donatien foram atendidos e tratados levando-se em consideração a clínica dos possíveis, onde tratos e contratos são inventados e em-redados conjuntamente, com intuito de circunscrever o gozo e fazer funcionar a aparelho psíquico.

Porém, essa capacidade de em-redar que o analista deve apresentar se ancora numa função específica: a função fraterna, inaugurada e especificada por Maria Rita Kehl (2000). A autora explica que o outro, semelhante, tem um papel decisivo e necessário na constituição do sujeito, e trás à tona um conceito quase que banido da psicanálise: a fratria.

A condição fundamental da convivência fraterna, a semelhança na diferença, ao longo da história e por diversas vezes, viu-se desconsiderada por uma ou outra fratria que

assumiu condições despóticas. Do nazifascismo, aos fenômenos de massa totalitaristas menores, encontram-se bases para as associações entre massa e fratria , fratria e criminalidade (KEHL, 2000). Porém, nem toda coletividade opera no mesmo molde, sendo amplamente possível encontrar outro tipo de relação do sujeito com seus semelhantes que não apenas a massificação impactante.

Em *Totem e Tabu, 1913*, Freud narra a passagem da barbárie para a civilidade quando o pai tirânico imperador é morto e em seu lugar, institui-se um pacto simbólico denominado função paterna. A fratria é quem opera esta função, pois se não houver renúncias voluntárias entre os irmãos, o pai simbólico, ou a Lei, não estão presentes. Mas, a função fraterna ainda não se define aí. A Lei simbólica, encarnada no sócius, agora, permite o sentido de pertencimento a uma coletividade, mas também possibilita o aparecimento da diferença entre os sujeitos.

No entanto, a lógica contemporânea do gozo desmedido e do individualismo radical, recalca o âmbito coletivo que determina os atos do sujeito, então se tem um sujeito que não se baliza pela métrica do laço social. Nas perversões e nas formações patológicas do ato, isso fica evidente. É a dimensão coletiva que salva o sujeito da necessidade de se constituir numa patologia maciça. Esta seria a diferença entre uma experiência subjetivante vivida com apoio da comunidade e a transgressão solitária que aponta para a perversão. (KEHL, 2000). No ato perverso, o sujeito não se reconhece como parte do sócius. Mas a atuação pode ser revolucionária e criativa se há um grupo que nele o sujeito se faz apoiar.

Além de toda a função do irmão na constituição do sujeito, como aquele que faz interrogar a identidade e que funda o fantasma do duplo, na dialética entre igualdade e diferença, a existência do semelhante funda também um campo de relações horizontais essenciais para a diversificação dos conjuntos pulsionais do sujeito na vida.

O que se apresenta aqui é a idéia de que a função fraterna, diante da falência/desmentido da identificação fundadora vertical (Nome-do-Pai) pode operar como estatuto de circunscrição do gozo, fazendo da coletividade – rede - um espaço de sustentação de conseqüências e de responsabilização dos atos do sujeito perverso, ou se pudermos ampliar, do sujeito contemporâneo e, em última instância instaurando linguagem/linguagens. Nessa perspectiva, viu-se nascer no campo da saúde mental uma clínica do sócius que ao inserir o sujeito em rede, aciona o aparelho de atar possibilidades na vida... essa é a clínica dos possíveis.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rico e complexo campo da saúde mental foi, sem dúvidas, nesta pesquisa, o terreno fomentador das questões acerca da clínica possível diante dos casos marcados, de certa maneira, por traços e organizações perversas. A questão primeira que insistiu em aparecer enquanto estava-se com tais pacientes, foi sobre o diagnóstico e a possibilidade de isolamento de uma estrutura perversa. Associada a tal questão, a próxima tocava no âmbito da clínica que de alguma forma daria “conta” desses casos de tão difíceis possibilidades terapêuticas.

Trilhar o caminho insuportável de confrontação com a falta para esses pacientes, estando ao seu lado, suportando seus incômodos e provocações, exigia outra disposição para a intervenção clínica. Muitas vezes, no dispositivo institucional, casos assim eram confundidos, pelos próprios profissionais de saúde mental, com “falta de limites” ou qualquer coisa do campo do comportamento apenas. Inúmeras falas prescreviam o que deveria ser feito: “Ah! Esse moleque precisa de surra... se fosse meu filho, ia ver só. Ele faz porque quer”. Falas que sustentavam uma posição de recusa. Recusa em estar com esses pacientes, em apostar que algo poderia ser feito. Recusa que se apresenta como defesa fundante nos casos de perversão, mas que ecoa no grupo-institucional, cegamente, se não for analisada. Diante disso, a posição do outro frente a esses pacientes e como isso poderia interferir no tratamento também passou a ser questão desta pesquisa.

Toda atuação é uma forma de mostrar o que não se escuta. Nesse sentido, não há nada mais atual no funcionamento perverso que o desassossego que se renovava a cada dia na lida com esses pacientes. Recusar esses casos era um dos sintomas do grupo institucional, toda vez que este deslizava e atuava na tentativa de curar, não o paciente, mas

o próprio grupo, da parte perversa que lhe cabia. Portanto, ainda no âmbito institucional a indagação sobre a clínica possível para as atuações perversas esbarrava numa condição que ampliada, tocava a rede de relações que se formam no contexto grupal de trabalho.

Além do campo institucional, o contexto histórico atual marcou toda a investigação. Pode-se dizer que a psicanálise vive o desafio colocado pelas demandas clínicas contemporâneas. O sofrimento individual radicalizado traz como característica a prevalência das atuações e das passagens ao ato. A frequência tão assustadoramente hegemônica de casos assim acendeu muitos questionamentos sobre como trabalhar num contexto multiprofissional, com dinâmicas transferenciais específicas em seus elementos e, principalmente, em seu manejo. No cenário contemporâneo essas novas formas de subjetivação, como as perversões e outras tantas compulsões chegam às portas dos serviços públicos marcando a existência de outro mal-estar. Diante desse fato, é preciso que a psicanálise responda com sua mais potente arma: a possibilidade de se reformular diante da métrica histórica do mal-estar dos sujeitos.

A pesquisa em questão pretendeu antes de tudo ser uma pesquisa psicanalítica que, baseada no rigor do método, fez-se campo para discussões engajadas na realidade atual, na cultura e no momento histórico que todos os sujeitos envolvidos (autores, pesquisadores, pacientes, etc.) compartilham. Para tanto, a análise de três casos tentou mapear algumas respostas.

No dia-a-dia com esses pacientes a indagação diagnóstica abalou proposições teóricas tidas como certas. Responder se a perversão tratada aqui era a estrutura ou as montagens perversas, passou a ser um ponto-chave para o prosseguimento da pesquisa. Com vistas nesse objetivo a teoria lacaniana da primeira clínica (estruturalista) foi retomada e discutida.

A prática clínica demonstrava que, considerando-se antes de tudo o sujeito, defini-lo como neurótico, psicótico ou perverso, era um acréscimo e, na verdade, a única diferença entre estrutura e montagem perversas, é que num âmbito estrutural, o sujeito não poderia dispor da montagem perversa, executando-a sempre.

Porém, o sofrimento com o qual se entrou em contato durante este trabalho legitimou a possibilidade de desconstruir algumas proposições que se pretendiam verdades absolutas como “os perversos são intratáveis” e “não há angústia e sofrimento na perversão”. Durante o contato e trabalho com os casos, foi se desenhando de maneira hegemônica outra lógica de peso fundamental para clínica que pôde, só a partir daí, ser pensada e praticada: trata-se da lógica do Gozo, estampada na descrição de cada um dos sujeitos tratados na pesquisa.

Para sustentar essa lógica, o trajeto teórico necessitou expandir suas considerações e realizar uma discussão entre a primeira e a segunda clínica lacanianas. As bases conceituais e as conseqüências delas na clínica foram de grande relevância. À luz da clínica do Simbólico, o sujeito emerge dentro das relações significantes produzidas numa cadeia. O trabalho do analista seria o que decifrar o sentido que sustenta a fantasia, por meio da relação transferencial que é considerada como intersubjetiva. Já na clínica do Real, a consideração de lalíngua como originária abre campo para o gozo, pois o que a movimento é a pulsão. A clínica do Real, de soluções e de enodamentos sinthomáticos únicos foi a proposta teórica que ao final se mostrou o esteio da clínica vivida em cada caso. Aquela que subsidiou elementos para a ressignificação feita da clínica possível da perversão para a clínica dos possíveis no campo da saúde mental.

Diante disso, a clínica das manifestações perversas e de outras formações psíquicas balizadas pelo ato, onde ocorre um fracasso da fantasia, visa mais ciframentos

que possam se dar em encontros contingenciais e menos potência interpretativa. Nas intervenções realizadas neste trabalho, a circunscrição de Gozo foi marcada por processos de responsabilização do sujeito em que a função fraterna se fez a alternativa subjetivante diante do desmentido ou da falência da função paterna.

Não que Freud e o balizador edípico não tenham toda a grande importância conservada ainda hoje diante de sujeitos estruturados aos moldes da sociedade hierárquica industrial, mas os sujeitos atuais estão marcados pela horizontalidade e, portanto inauguram outras possibilidades de existência. O sujeito do Gozo é responsável pelos seus acontecimentos, por aquilo que se engendra na dimensão do acaso e dos enodamentos possíveis.

A clínica dos Possíveis, além de responder às questões sobre as manifestações perversas, amplia a discussão sobre a admissão dos sujeitos nos dispositivos em saúde mental.

Isso garante o acesso ao cuidado ampliado não apenas a um tipo de patologia, mas para qualquer amarração que implique em sofrimento grave. Essa clínica baseia-se na função fraterna e sua relevância na contemporaneidade, sendo esta uma posição interessante no campo da saúde pública e da gestão de coletivos. Mas essas são perspectivas que se abriram para um segundo momento de trabalho!

“A psicanálise, dizia Lacan, não foi capaz de inventar um novo pecado, uma nova perversão. Talvez seja capaz de inventar um novo amor, que não seja voltado ao pai em última instância, mas que sabendo dele se servir, possa ir além do chamado gozo fálico e captar algo do real feminino.”(Jorge Forbes)

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. J. R. L. (2004). **A Compulsão à Linguagem na Psicanálise: Teoria Lacaniana e Psicanálise Pragmática**. Campinas. 189 páginas. Tese (Doutorado em Filosofia). Unicamp- IFCH.

AULAGNIER, P. (1967). A Perversão como Estrutura. In: **O Inconsciente**. Paris: PUF.

BADIOU, A. (1994). **Para Uma Nova Teoria do Sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

BIRMAN, J. (1999). **Mal-estar na atualidade**. A psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2001). **Corpos e Formas de Subjetivação em Psicanálise**. Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro.

CALLIGARIS, C. (1986). **Perversão – um laço social?** Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan.

_____. (1991). A Esperança Perversa. **Laço Conjugal**. Porto Alegre. Cadernos da Biblioteca. Associação Psicanalítica de Porto Alegre, p. 2-18, mar..

CECARELLI, P.R.; COUTO, L. F.. (2004). O Gozo Extático do Expectador de uma Cena Perversa .In: **Mal-estar e Subjetividade**, vol. IV,, nº. 2, p. 266-276.

CLAVREUL, Jean *et. al.* (1990). O casal perverso In: **O Desejo e a Perversão**. Tradução por Marina Appenzeller. Campinas: Papirus.

DOSSE, F. [1945/1966] (1993). **A História do Estruturalismo I – o campo do signo**. São Paulo: Ensaio.

FERNANDES, C.M. (2007). **A Criança em Cena: o infantil e a perversão**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

FERRAZ, F. C. (2000). Uma breve revisão da noção de perversão na obra de Freud. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, ano 13, nº 131, p. 5-19, mar..

_____. (2000). **A Possível Clínica da Perversão**. Reunião dos Estados Gerais da Psicanálise. Paris. (mimeo).

FIGUEIREDO, L. C. Modernidade, trauma e dissociação: a questão do sentido hoje. In: BEZERRA Jr. B.; PLASTINO, C. A. (org.) (2001) .**Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

FREUD, S. [1905] (1976). Três Ensaio sobre a Sexualidade. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Tradução por Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago. vol. VII.

_____. [1893-1895] (1976). Estudos sobre a Histeria. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Tradução por Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago. vol. II.

_____. [1919](1976). Uma criança é espancada: contribuições ao estudo da origem das perversões sexuais. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Tradução por Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago. vol. XVII

_____. [1927](1976). O Fetichismo. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Tradução por Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago. vol. XXI

_____. [1886] (1976). Carta 125. **Edição Standard das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. vol. I

_____. [1913](1976). Totem e Tabu. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Tradução por Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago. vol. XIII

_____. [1938](1976). A Divisão do Ego nos Processos de Defesa. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Tradução por Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago. vol. XXIII

_____. [1939](1976). Moisés e o Monoteísmo: três ensaios. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Tradução por Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago. vol. XXIII

GUERRA, A.M.C.. A Clínica Psicanalítica das Soluções Borromeanas a partir de James Joyce. In.: **Tempo Psicanalítico**. Rio de Janeiro, 2008, v. 40. p.377-405.

HELSINGER, L.A. (2004). **O Tempo do Ser-Vil: o mercado perverso da servidão**. Rio de Janeiro: Imago.

LACAN, J. (1995) [1956-57]. **O Seminário 4: A Relação de Objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, J. (1992) [1969-70] **O Seminário, livro 17, O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro, Editora: Jorge Zahar.

_____. (1998). A direção da cura e os princípios de seu poder. In: **Escritos**. [1953] Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- LANTERI-LAURÁ, G. (1994)[1979]. **A Leitura das Perversões**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LAPLANCHE, J. (2001). **Vocabulário da psicanálise**. (4ªed.). São Paulo: Martins Fontes.
- LIPOVETSKY, G. (2004) Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna. In: _____. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla.
- KEHL, M. R. (org). (2000). **Função fraterna**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MACHADO, O. M. R. (2003). A Segunda Clínica Lacaniana e o Campo da Saúde Mental. In.: **Tempo Psicanalítico**, v. 35. Rio de Janeiro: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. P. 106- 125.
- MAIA, M. S. (2002) Um tapete vermelho para a angústia: considerações sobre a clínica psicanalítica e a contemporaneidade. In: PLASTINO, C. A. **Transgressões**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- PEIXOTO JR, C.A. (1999). **Metamorfose Entre o Sexual e o Social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- QUEIROZ, E.F. (2004). **A Clínica da Perversão**. São Paulo: Editora Escuta.
- SANTOS, T.C. et. alli, (1999) O Sujeito da Psicanálise e a lei que o Constitui. In.: **Cadernos Tempo Psicanalítico**, n.4 SPID/RJ
- SERGE, A. (1995). **A Impostura Perversa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- SKRIABINE, P. (2007). O Outro Revisitado. In. **Revista de Psicologia Plural**, Belo Horizonte, n 26. Jul/dez., p.203 – 205.
- SOUZA, A. (2003). **Os Discursos da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- SUSINI, M, (2006) **O Autor do Crime Perverso**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- VALAS, P. (1990). **Freud e a Perversão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.